

Baixada Santista Energia S.A.
CNPJ/MF Nº 03.059.729/0001-21
NIRE 35 300 3486 99

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
RCF Nº 032/2024
REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2024

Em 05 de abril de 2024, às 14h00, foi realizada reunião do Conselho Fiscal da Baixada Santista Energia S.A por videoconferência, conforme previsão no Estatuto Social. Participaram da reunião os conselheiros fiscais Sra. Luciana Janaina Fagundes, Sr. Edmilson Nascimento das Neves e Sra. Ana Cristina Bittar de Oliveira.

Ordem do dia: Opinar sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a proposta de destinação de resultados e o Relatório de Administração de 2023 da Baixada Santista Energia S.A., fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral.

Deliberação: Iniciada a reunião, os Conselheiros Fiscais presentes passaram à análise da pauta e da documentação encaminhada pela Diretoria Executiva e emitiram o parecer do Conselho Fiscal relativo às Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. do exercício de 2023, como segue apresentado como Anexo desta Ata.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos membros presentes do Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro/RJ, 05 de abril de 2024

Luciana Janaina Fagundes
Presidente do Conselho Fiscal
(assinado eletronicamente)



Edmilson Nascimento das Neves (11 de abril de 2024 13:35 ADT)

Edmilson Nascimento das Neves
Conselheiro Fiscal
(assinado eletronicamente)



Ana Cristina Bittar de Oliveira (12 de abril de 2024 15:08 ADT)

Ana Cristina Bittar de Oliveira
Conselheiro Fiscal
(assinado eletronicamente)

Baixada Santista Energia S.A.

CNPJ/MF Nº 03.059.729/0001-21
NIRE 35 300 3486 99

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Baixada Santista Energia S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, assim como as notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 08 de março de 2024 e Manifestação favorável do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO) de 05 de março de 2024.

As Demonstrações Financeiras foram apreciadas pela Diretoria Executiva da Baixada Santista Energia S.A. na Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva (RDE) nº 0277/2024, realizada em 08 de março de 2024 para a convocação de Assembleia Geral de Acionistas com a seguinte proposição: Examinaram as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, a proposta destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Concluindo não haver qualquer ressalva quanto aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal passou a analisar a proposta de distribuição do lucro líquido aos acionistas, bem como a destinação de parte do resultado para a Reserva Legal.

Os membros do Conselho Fiscal concordam que a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 respeita as disposições na Lei 6.404/76. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia e nas informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, datado de 08/03/2024, esse Conselho Fiscal é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro/RJ, 05 de abril de 2024

Luciana Janaina Fagundes
Presidente do Conselho Fiscal
(assinado eletronicamente)



Edmilson Nascimento das Neves (11 de abril de 2024 13:35 ADT)

Edmilson Nascimento das Neves
Conselheiro Fiscal
(assinado eletronicamente)



Ana Cristina Bittar de Oliveira (12 de abril de 2024 15:08 ADT)

Ana Cristina Bittar de Oliveira
Conselheiro Fiscal
(assinado eletronicamente)

**MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO
CONGLOMERADO PETROBRAS (“CAECO”)**

Em sua reunião nº 144, de 05/03/2024, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras manifestou-se no seguinte sentido: **“Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) - Exercício 2023.** A Diretora Administrativa da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) Aline Dias Leonardi, acompanhada do Diretor Técnico da BSE Marcelo Ferreira Pelegrini; do Gerente Executivo de Gestão Integrada de Transição Energética (GITE) Cristiano Levone de Oliveira; da Gerente Geral de Participações e *Post-Closing* em Gás e Energias de Baixo Carbono Maria Isabel de Faria Perez; do Gerente de Aperfeiçoamento Societário e Análise Econômico-Financeira de Empresas Leandro Nogueira da Silva; e do Profissional Petrobras da Gerência de Aperfeiçoamento Societário e Análise Econômico-Financeira de Empresas Carlos Frederico, todos da unidade GITE; além do Gerente do Jurídico de Atendimentos às Subsidiárias, da unidade Jurídico (JURÍDICO), Carlos da Silva Fontes Filho; do Coordenador do Jurídico de Atendimentos às Subsidiárias, da unidade (JURÍDICO), Tiago Lemos de Oliveira; do Gerente de Gestão Contábil de Empresas, da unidade Contabilidade (CONTABILIDADE), José Silvio Petrungaro; do Gerente Setorial das Demonstrações Financeiras País de Empresas de E&P, Financeiras e Indústrias, da unidade (CONTABILIDADE), Eduardo Seixas; da Presidente do Conselho Fiscal da BSE Luciana Janaina Fagundes; do Sócio da KPMG Marcelo Nogueira; do Gerente da KPMG Frederick Vasconcelos; e dos representantes do Escritório de Contabilidade Domingues e Pinho Contadores (DPC) Marlucci Azevedo e Fabiana Soares, apresentou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da BSE, bem como a proposta para destinação do Resultado do Exercício de 2023, dando conhecimento a esse Comitê de que a KPMG emitirá relatório sem ressalvas e com ênfase (i) em “Transações com Partes Relacionadas” em decorrência de operações com empresas do grupo Petrobras e (ii) no encerramento do contrato de arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE). O Coordenador do Jurídico de Atendimentos às Subsidiárias, da unidade Jurídico, Tiago Lemos de Oliveira informou que, não houve movimentação nas

Companhia Aberta
CNPJ/MF - 33.000.167/0001-01
NIRE - 33300032061

Contingências Passivas e Ativas no período, salvo pela atualização monetária. O Sócio da KPMG Marcelo Nogueira apresentou as constatações da auditoria externa em relação às Demonstrações Financeiras da BSE, relativas ao exercício de 2023, discorrendo sobre os seguintes pontos: (i) escopo da auditoria externa; (ii) materialidade considerada nas análises; (iii) assunto relevante; (iv) independência da KPMG; (v) comunicações requeridas; (vi) distorções de auditoria corrigidas ou não; e (vii) Relatório da Auditoria. **O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento das informações apresentadas e recomendou ao órgão competente da BSE a aprovação da proposta das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.** -----

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024.

MICHELE MORAES
FUKUMOTO:08554667743

Assinado de forma digital por
MICHELE MORAES
FUKUMOTO:08554667743
Dados: 2024.04.11 09:52:37 -03'00'

Michele Moraes Fukumoto

Coordenadora da Gerência de Suporte ao Conselho de Administração



Baixada Santista Energia S.A.

Reunião do Comitê de Auditoria
Estatutário do Conglomerado
Petrobras (“CAECO”)

[Minuta sujeita a alterações]

**Auditoria das Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

—
5 de março de 2024



Conteúdo



Introdução
03



Escopo
04



Materialidade
05



**Assuntos
relevantes e/ou
debatidos**
06



Independência
07



**Comunicações
obrigatórias**
08



**Outras comunicações
importantes**
10



Apêndice
13



**Distorções de
auditoria corrigidas
ou não**
14



**Minuta do
relatório do
auditor**
15

Introdução

Para o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (“CAECO”)

Temos satisfação pela oportunidade de nos reunir com V.Sas. em 5 de março de 2024 para discutir as constatações da nossa auditoria das demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Estamos fornecendo esta apresentação antes da nossa reunião para permitir que V.Sas. considerem as nossas constatações e para aprimorar a qualidade das nossas discussões. Esta apresentação deve ser lida em conjunto com a nossa apresentação de planejamento de auditoria, apresentada em 25 de maio de 2023. Teremos o prazer em fornecer maiores detalhes sobre os assuntos abordados nesta apresentação quando nos reunirmos.

Não houve mudança significativa em nosso plano e estratégia de auditoria, além do aumento na materialidade.

Esperamos emitir um relatório de auditoria sem modificações.

Chamamos sua atenção para o aviso importante no slide 11 desta apresentação, o qual explica:

- o objetivo desta apresentação;
- as limitações sobre o trabalho realizado; e
- as restrições à distribuição desta apresentação.

**Marcelo Nogueira, Sócio de auditoria
KPMG Auditores Independentes Ltda.**



Escopo

Fomos contratados para auditar as demonstrações financeiras (“DFs”) da Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia”), para o exercício findo em 31/12/2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fomos contratados ainda para revisar as informações financeiras intermediárias, da Baixada Santista Energia, referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Responsabilidades do auditor

Nossa responsabilidade é a de formar opiniões sobre as demonstrações financeiras elaboradas pela Administração com a supervisão dos responsáveis pela governança. Nossa auditoria será conduzida de acordo com as normas brasileiras e as normas internacionais de auditoria (ISAs).

Em relação as informações financeiras intermediárias acima referidas, findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, conduzimos nossa revisão, com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente).

Responsabilidades da Administração e dos responsáveis pela governança

A auditoria das DFs e/ou a revisão das informações financeiras intermediárias, não isenta a Administração ou os responsáveis pela governança de suas responsabilidades. A Administração é responsável por preparar as DFs e as informações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estejam livres de distorção material, seja devido a fraude ou erro. A Administração também é responsável por nos fornecer acesso a todas as informações relevantes para a preparação das DFs, quaisquer informações adicionais solicitadas e acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade.

Materialidade (em R\$ mil)

Materialidade para as demonstrações financeiras como um todo

R\$ 8.900

(2023)

R\$ 11.500
(2022)

Intervalo de materialidade em que realizamos nossos procedimentos

R\$ 7.560

(2023)

R\$ 8.600
(2022)

Distorções reportadas ao Comitê de Auditoria

R\$ 445

(2023)

R\$ 575
(2022)

Benchmark
Total de Ativos(23)

R\$ 318.908 (2023)

R\$ 412.772 (2022)

Materialidade como % do
Total de ativos

2,8% (2023)

2,85% (2022)

Assuntos relevantes e/ou debatidos

Assuntos

- Continuidade Operacional

Novos

- Não houve





Independência

Não temos conhecimento de qualquer relacionamento entre a KPMG Auditores Independentes Ltda. junto a Companhia que, em nossa opinião profissional, pudesse razoavelmente influenciar nossa independência durante todo o nosso trabalho.

Confirmamos que, na data desta apresentação, não identificamos quaisquer ameaças à nossa independência ou objetividade. A equipe de trabalho e a firma cumpriram com os requerimentos éticos relevantes relativos à independência.

Se fizermos quaisquer outros julgamentos significativos relacionados à questões de independência, iremos comunicá-los a V.Sas.

Saiba mais sobre nossas políticas e procedimentos relacionados à independência:

[Relatório de Transparência 2023 KPMG Brasil](#)








Comunicações obrigatórias

As ISAs e NBC TAs incluem requerimentos para comunicar assuntos aos responsáveis pela governança, os quais estão resumidos na tabela abaixo. Conforme requerido pelas ISAs e NBC TAs, comunicamos a V.Sas. os assuntos relacionados abaixo quando relevantes.

Assuntos a comunicar	Plano de auditoria	Constatações (Resultados) da auditoria
Nossas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações financeiras.	Slide 3	Slide 4
Visão geral do escopo e época planejados da nossa auditoria e a forma, a época e o conteúdo geral das comunicações esperadas.	Slide 3	Slide 4
Nossas visões sobre aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas contábeis, estimativas contábeis e divulgações nas demonstrações financeiras.		✓
Identificação ou suspeita de fraude identificada durante a auditoria que envolva a administração, funcionários em posições significativas nos controles internos ou outros quando a fraude resulta em uma distorção material nas demonstrações financeiras, a menos que tal comunicação seja proibida por lei ou regulamentação.		✓
Assuntos envolvendo a identificação ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentações encontrados durante a auditoria, a menos que claramente inconsequentes, ou se tal comunicação for proibida por lei ou regulamentação. Se acreditarmos que a não conformidade seja intencional e material, então comunicaremos a questão tão logo quanto praticável.	✓	✓
Identificação de eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia e assuntos significativos relacionados.		Slide 15 ✓
Assuntos significativos que surgirem durante a auditoria em conexão com as partes relacionadas da entidade		
Assuntos significativos discutidos ou sujeitos à correspondência com a Administração	Slide 7	Slide 6
Outros assuntos significativos relevantes à supervisão do processo de relatórios financeiros	Slide 7	Slide 6

✓ As descobertas da auditoria serão comunicadas por escrito se, em nosso julgamento, comunicações orais não forem adequadas.

Comunicações obrigatórias (cont.)

Assuntos a comunicar	Plano de auditoria	Constatações (Resultados) da auditoria
Dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver.		
Uma visão geral do tipo de trabalho a ser executado nas informações financeiras dos componentes e a natureza do envolvimento da equipe do grupo no trabalho a ser executado pelos auditores dos componentes nas informações financeiras de componentes significativos.		Não aplicável
Situações onde a avaliação da equipe do grupo sobre o trabalho de um auditor de componente derem origem a uma preocupação sobre a qualidade do trabalho daquele auditor, quaisquer limitações na auditoria de grupo ou fraude ou suspeita de fraude envolvendo a Administração do grupo, componentes, funcionários com posições significativas nos controles abrangentes do grupo ou outros quando a fraude tenha resultado em uma distorção material as demonstrações financeiras do grupo.		Não aplicável 
Representações por escrito que estão sendo por nós solicitadas.		
Circunstâncias que podem levar o auditor a modificar a opinião de auditoria, incluindo um parágrafo de ênfase, parágrafo de outros assuntos ou distorções em outras informações.		
Distorções de auditoria não corrigidas, incluindo omissões materiais em divulgações.		Slide 14 
Deficiências significativas nos controles internos identificadas durante a auditoria.		
Independência do auditor <ul style="list-style-type: none"> • Uma declaração de que nós cumprimos com os requerimentos éticos relevantes relacionados à independência • Relacionamentos e outros assuntos que poderiam razoavelmente aparentar influenciar a nossa independência • Salvaguardas relacionadas aplicadas para eliminar ou para reduzir as ameaças à independência a um nível aceitável 	Slide 12	Slide 7

 As descobertas da auditoria serão comunicadas por escrito se, em nosso julgamento, comunicações orais não forem adequadas.

Outras comunicações importantes



Aviso importante

Esta apresentação foi elaborada de acordo com os termos da nossa proposta de auditoria.

- A circulação deste relatório é restrita.
- O conteúdo deste relatório baseia-se somente nos procedimentos necessários para a nossa auditoria.

Objetivo desta apresentação

Esta apresentação foi preparada em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras (“DFs”) da Baixada Santista Energia S.A., preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasi, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Esta apresentação foi preparada para o Comitê de Auditoria, um subgrupo dos responsáveis pela governança, para comunicar assuntos que são significativos aos responsáveis pela supervisão do processo de relatórios financeiros conforme exigido pelas ISAs (incluindo a ISA 260 *Communication with Those Charged with Governance*), e outros assuntos que chegaram ao nosso conhecimento durante o trabalho de auditoria que consideramos que possam ser de interesse, e para nenhum outro propósito.

Esta apresentação resume as principais questões identificadas durante a auditoria, mas não repete assuntos que tenham sido anteriormente comunicados a V.Sas. Particularmente, chamamos sua atenção para a apresentação de planejamento de auditoria datado de 25 de maio de 2023, que apresentou uma visão geral do escopo planejado e da época da auditoria.

Limitações ao trabalho executado

Esta apresentação é separada do nosso relatório de auditoria e não fornece uma opinião adicional sobre as DFs da Companhia, tampouco adiciona, amplia ou altera nossos deveres e responsabilidades como auditores.

Não desenhamos ou executamos procedimentos além daqueles a nós requeridos como auditores para o propósito de identificar ou comunicar quaisquer dos assuntos cobertos por esta apresentação.

Os assuntos relatados baseiam-se no conhecimento obtido como resultado de sermos seus auditores. Não verificamos a precisão ou a integridade de nenhuma dessas informações além daquelas em conexão com, e na extensão requerida, para os propósitos da nossa auditoria.

Restrições à distribuição

A apresentação é fornecida no pressuposto de que ela seja apenas para informação dos responsáveis pela governança da Companhia; que não será citada ou referenciada, em todo ou em parte, sem o nosso consentimento prévio por escrito; e que não aceitamos nenhuma responsabilidade a qualquer terceiro em relação a ela.

Como entregamos qualidade na auditoria?

Qualidade significa essencialmente fazer a coisa certa e continua sendo a nossa principal prioridade. Nossa **Estrutura Global de Qualidade** destaca como entregamos qualidade e como cada sócio e membro da equipe contribuem para esta entrega.

Os fatores que influenciam a estrutura são os dez componentes do *System of Quality Management* (SoQM) da KPMG. Alinhado à ISQM1, os componentes do nosso SoQM também atendem aos requerimentos do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo as *International Independence Standards*) emitidas pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), que se aplica a firmas de serviços profissionais que executam auditorias de demonstrações financeiras.

Definimos '**qualidade da auditoria**' como sendo o resultado de:

- Auditorias **executadas de forma consistente**, de acordo com os requerimentos e objetivos das **normas profissionais aplicáveis** dentro de um robusto **sistema de gestão da qualidade**; e
- Todas as nossas atividades relacionadas são conduzidas em um ambiente do mais alto nível de **objetividade, independência, ética e integridade**.



Saiba mais sobre como o nosso sistema de gestão da qualidade suporta a execução dos trabalhos de auditoria com qualidade de maneira consistente:

Relatório de Transparência e Declaração sobre a eficácia do sistema de controle de qualidade 2023 KPMG Brasil



Apêndice

Conteúdo

Distorções de auditoria corrigidas ou não	14
Minuta do relatório do auditor	15
Outros assuntos	16





Distorções de auditoria corrigidas ou não

Até o presente momento não foram identificadas distorções de auditoria corrigidas ou não corrigidas, cabe ressaltar que nossa auditoria está em andamento e por isso distorções de auditoria podem ser identificadas.

Minuta do relatório do auditor

Sem ressalvas, com duas ênfases descritas abaixo e com um parágrafo de outros assuntos relativo a DVA:

Ênfase - Transações com o acionista controlador

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Encerramento contrato de arrendamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia não realizará a renovação de seu contrato de arrendamento, vigente até novembro de 2024, que se trata da única fonte de recurso disponível para arcar com suas obrigações e para continuidade da Companhia, seguindo o plano de negócios de sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Neste sentido, se necessário, a Petrobras aportará recursos para serem utilizados para honrar seus compromissos nos próximos 12 meses ou até que a decisão final sobre o futuro da Companhia seja tomada. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto..

Minuta do parecer



Adobe Acrobat
Document





Outros assuntos?

Obriga do.

© 2023 KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. Todos os direitos reservados. BD230525

O nome KPMG e o seu logotipo são marcas utilizadas sob licença pelas firmas-membro independentes da organização global KPMG.

Classificação do Documento: Confidencial KPMG



**Marcelo Nogueira
de Andrade**

Sócio

T +55 21 2207-9303

**Frederick
Vasconcelos**

Gerente

T +55 21 2207-9743

kpmg.com.br



© 2023 KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada. Todos os direitos reservados. BD230525

O nome KPMG e o seu logotipo são marcas utilizadas sob licença pelas firmas-membro independentes da organização global KPMG.

Classificação do Documento: Confidencial KPMG

DA SANTISTA ENERGI

DO RESULTADO DO EX

Valores em R\$ 0,00

	TOTAL 2023	TOTAL 2024
Receita de Vendas	-	-
Despesas de Vendas	-	-
Resultado de Vendas	-	-
Tributos s/ Vendas	-	-
Vendas Líquidas	-	-
Custo	-	-
Resultado Bruto	-	-
Despesas Administrativas	(1.145.875,21)	(1.647.825,41)
Despesas Tributárias	(2.552.812,92)	(2.184.502,01)
Outras Rec/Desp Operacionais	(2.882.934,72)	(152.696.253,32)
Resultado Operacional	(6.581.622,85)	(156.528.580,74)
Resultado Financeiro	38.674.808,76	24.814.892,27
Receitas Financeiras	51.788.764,09	25.156.061,29
Despesas Financeiras	(18.327.560,68)	(341.169,01)
Variações monetárias, líquidas	5.213.605,35	-
Lucro Antes do IR/CS	32.093.185,91	(131.713.688,47)
IR/CS Corrente	(6.155.592,33)	(6.009.264,83)
IR/CS Diferido	(9.798.374,38)	(6.009.264,83)
Reversão Desp. JSCP	-	-
Resultado Líquido	16.139.219,20	(143.732.218,12)

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 16.139.219
A - Reserva Legal (5%)	R\$ 806.961
Saldo a Destinar	R\$ 15.332.258
B - Dividendos Mínimos Obrigatórios	R\$ 3.833.065
C - Dividendos Adicionais Propostos	R\$ 11.499.194
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	R\$ 15.332.258
Destinação Total (A + D)	R\$ 16.139.219

Baixada Santista Energia S.A.
CNPJ/MF Nº 03.059.729/0001-21
NIRE 35 300 3486 99

Relatório da Administração 2023

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MENSAGEM DA DIRETORIA

Compartilhamos aqui os resultados de 2023 da Baixada Santista Energia. Eles sintetizam a superação de desafios, com escolhas estratégicas consistentes com foco na geração de valor e otimização de recursos.

A Baixada Santista Energia S.A. (“Baixada Santista Energia”) é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e foi constituída em 23 de março de 1999, cujo objeto social é o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A empresa alcançou em 2023 um excelente resultado financeiro, com destaque para o atingimento das nossas métricas de topo do Plano Estratégico.

Contribuiu para este resultado o aumento do fluxo de caixa operacional em 2023 para R\$ 127.035, mil frente à R\$ 120.385 mil em 2022.

Tendo em vista a geração de caixa e o resultado auferidos, a Diretoria Executiva da Baixada Santista Energia está propondo o encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia a distribuição de R\$ 15.332 mil em dividendos, com previsão de quitação no exercício de 2024.

ASG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

As boas práticas de governança corporativa e *integridade* constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que

permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões.

Buscamos continuamente avanços de governança corporativa e nos sistemas de integridade, *compliance* e controles internos da Baixada Santista Energia. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforcem nosso propósito, valores e compromisso.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética e segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Nesse sentido, as temáticas sociais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da gestão do ativo, mas da forma de fazê-la.

Todos estes aspectos reforçam a importância dos nossos pilares estratégicos, que trazem robustez e segurança nas estratégias adotadas. Assim, continuaremos atuando com alta produtividade, otimização de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade.

Todas as nossas conquistas ao longo de 2023 são resultado de muito afinho e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno empenho e dedicação de nossos colaboradores.

Continuaremos atuando com disciplina de capital para geração de valor. Gostaríamos de destacar, nosso reconhecimento à Acionista Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia.

Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 da Baixada Santista Energia.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu os direitos e obrigações do Instrumento Particular de Arrendamento dos ativos da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga (Contrato de Arrendamento) para a Baixada Santista Energia, por meio da celebração do Segundo Termo Aditivo ao referido

Contrato em 27 de abril de 2007 entre a Petrobras e a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura em 27 de abril de 2007, cuja vigência encerrará em 27 de abril de 2024.

Em 3 de janeiro de 2011, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Locação e Outras Avenças com a Petrobras, cujo objeto é a locação do Turbogenerador nº 2, com capacidade de 159,9 MW, com vigência até 16 novembro de 2024.

Em 01 fevereiro de 2013, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Nova Piratininga, de propriedade da Petrobras. Em 01 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, com vigência até 27 de abril de 2024.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme estabelecido no Contrato de Disponibilidade de Máquinas, compete à Petrobras a operação e manutenção das unidades geradoras além dos respectivos encargos de geração, às suas expensas, bem como os ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, referente ao período em que a Petrobras detiver o direito sobre a energia gerada pela UTE Piratininga em ciclo combinado com a UTE Nova Piratininga.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2023, a Baixada Santista Energia registrou o Lucro Líquido de R\$ 16.139 mil, frente ao resultado de R\$ 24.083 mil auferido no exercício de 2022. A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas no exercício de 2023.

Lucro Bruto

Desde a adoção do IFRS16 (CPC 06/R2) em 2019, a Baixada Santista Energia reconhece a receita do fluxo de recebíveis dos contratos celerados com a Petrobras e um passivo de arrendamento com a EMAE. Com isso, o reconhecimento dos juros sobre o arrendamento e o subarrendamento no Resultado Financeiro. Por esta razão, o Lucro Bruto deixou de ser reportado a partir das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas encerraram o exercício de 2023 em R\$ 1.542 mil representando uma redução de 34% em relação ao resultado auferido em 2022.

Despesas Tributárias

Em 31/12/2023, foi apurado o saldo de R\$ 2.553 mil em Despesas Tributárias, menor que o saldo apurado em 2022, principalmente em função de menor despesa de reembolso de IPTU junto à EMAE, em decorrência do arrendamento da UTE Piratininga.

A partir do final de 2019, com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, os fluxos futuros de recebíveis passaram a ser líquidos de PIS/COFINS, o que resultou em menor recolhimento tributário pela Baixada Santista Energia.

Resultado Financeiro Líquido

Com a adoção do IFRS16 (CPC 06/R2) a partir de 2019, a apropriação dos juros dos recebíveis decorrente dos reajustes dos contratos receita de arrendamentos financeiros celebrados com a Petrobras (Contrato de Disponibilidade de Máquinas e de Locação do Turbogenerador nº 2, ambos classificados contabilmente como arrendamento mercantil financeiro), reduzem à medida da proximidade do término da vigência dos Contratos.

As receitas financeiras em 2023 de R\$ 57.002 mil correspondem o resultado de 28% menor que o exercício de 2022, principalmente devido ao efeito da contabilização dos contratos de receita por força das orientações contábeis do CPC/06, tendo em vista a proximidade dos contratos de arrendamento celebrados com a Petrobras.

Assim como as Receitas Financeiras, as despesas provenientes do Contrato de Arrendamento com a EMAE também recuam, à medida que o fluxo futuro de pagamentos recua de acordo com a proximidade do término da vigência do referido Contrato em 27 de abril de 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2023, foi apurada maior despesa de imposto corrente e diferido, relativo a base de cálculo dos ativos e passivos fiscais reconhecidos com relação às diferenças temporárias conciliadas com o término das vigências dos contratos de arrendamento usados para fins de tributação.

Lucro líquido atribuível à acionista Petrobras

A redução do lucro líquido do exercício de 2023 para R\$ 16.139 mil, quando comparado ao resultado de R\$ 24.083 mil em 2022, tem como principal causa a redução da receita de recebíveis de ativo financeiro, que ocorre à medida em que o término da vigência dos contratos de arrendamento se aproxima.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas.

Como previsto na Política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2023, levou em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, além das perspectivas futuras.

Considerando o Lucro Líquido apurado em 31/12/2023, a Reserva Legal foi constituída mediante a apropriação de 5% do saldo registrado. A Baixada Santista Energia não possui saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e de prejuízos fiscais.

Diante disso, está sendo encaminhada para a apreciação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2024 da Baixada Santista Energia a proposta de pagamento de remuneração a nossa acionista Petrobras em forma de dividendos no montante de R\$ 15.332 mil, com previsão de quitação no exercício de 2024.

A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet em nosso site <https://www.petrobras.com.br/quem-somos/participacoes-societarias>.

VISÃO, PROPRÓSITO, VALORES E DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Nossa visão visa cumprir o objeto social alinhado ao interesse público valorizando nossos compromissos com as pessoas, a sociedade, nossos parceiros e acionista.

Nossa missão e propósito

Manter e Gerir o Contrato de Locação do Turbogenerador e o Contrato de Disponibilidade de Máquinas celebrados com a Petrobras.

Nossa Visão e Valores

A Baixada Santista Energia toma como base a Visão e os seus quatro Valores fundamentais que são os pilares das métricas de topo e específica da Companhia, com Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; Ética e transparência; Superação e confiança; e foco em Resultados.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa, pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento.

Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Baixada Santista Energia e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como “Riscos Estratégicos”. A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Programa Compromisso com a Vida

O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora Petrobras ocorreu em outubro de 2016. É composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela Petrobras às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios:

- _ SMS como valor,
- _ Respeito à Vida,
- _ Gestão Baseada em Risco,
- _ Excelência e Transparência no Desempenho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Baixada Santista Energia possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e
- Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em 03 de maio de 2022 foi celebrado o contrato com a empresa KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2022 a 2024.

Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e objeto de manifestação pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos colaboradores, acionista, Conselho Fiscal e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2023.

Cubatão/SP, 8 de março de 2024.

Aline Dias Leonardi
Aline Dias Leonardi (8 de março de 2024 20:48 GMT-3)

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa
(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pelegrini
Marcelo Ferreira Pelegrini (11 de março de 2024 08:18 ADT)

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Técnico
(assinado eletronicamente)

Baixada Santista

Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório da administração	2
Relatório de auditoria das demonstrações financeiras	8
Balanço Patrimonial.....	11
Demonstração de Resultado.....	12
Demonstração de Resultados Abrangentes	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	15
Demonstração do Valor Adicionado	16
1. A Companhia e suas operações	17
2. Base de elaboração e apresentação	18
3. Práticas contábeis materiais	19
4. Estimativas e julgamentos relevantes	19
5. Novas normas e interpretações	20
6. Contas a receber.....	23
7. Partes relacionadas	26
8. Tributos	27
9. Arrendamentos mercantis	30
10. Patrimônio Líquido	32
11. Custo e despesa por natureza.....	33
12. Resultado financeiro líquido	34
13. Processos judiciais e contingências.....	34
14. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	37

Baixada Santista Energia S.A.
CNPJ/MF Nº 03.059.729/0001-21
NIRE 35 300 3486 99

Relatório da Administração 2023

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MENSAGEM DA DIRETORIA

Compartilhamos aqui os resultados de 2023 da Baixada Santista Energia. Eles sintetizam a superação de desafios, com escolhas estratégicas consistentes com foco na geração de valor e otimização de recursos.

A Baixada Santista Energia S.A. (“Baixada Santista Energia”) é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e foi constituída em 23 de março de 1999, cujo objeto social é o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A empresa alcançou em 2023 um excelente resultado financeiro, com destaque para o atingimento das nossas métricas de topo do Plano Estratégico.

Contribuiu para este resultado o aumento do fluxo de caixa operacional em 2023 para R\$ 127.035, mil frente à R\$ 120.385 mil em 2022.

Tendo em vista a geração de caixa e o resultado auferidos, a Diretoria Executiva da Baixada Santista Energia está propondo o encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia a distribuição de R\$ 15.332 mil em dividendos, com previsão de quitação no exercício de 2024.

ASG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

As boas práticas de governança corporativa e *integridade* constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que

permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões.

Buscamos continuamente avanços de governança corporativa e nos sistemas de integridade, *compliance* e controles internos da Baixada Santista Energia. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforcem nosso propósito, valores e compromisso.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética e segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Nesse sentido, as temáticas sociais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da gestão do ativo, mas da forma de fazê-la.

Todos estes aspectos reforçam a importância dos nossos pilares estratégicos, que trazem robustez e segurança nas estratégias adotadas. Assim, continuaremos atuando com alta produtividade, otimização de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade.

Todas as nossas conquistas ao longo de 2023 são resultado de muito afinho e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno empenho e dedicação de nossos colaboradores.

Continuaremos atuando com disciplina de capital para geração de valor. Gostaríamos de destacar, nosso reconhecimento à Acionista Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia.

Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 da Baixada Santista Energia.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu os direitos e obrigações do Instrumento Particular de Arrendamento dos ativos da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga (Contrato de Arrendamento) para a Baixada Santista Energia, por meio da celebração do Segundo Termo Aditivo ao referido

Contrato em 27 de abril de 2007 entre a Petrobras e a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura em 27 de abril de 2007, cuja vigência encerrará em 27 de abril de 2024.

Em 3 de janeiro de 2011, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Locação e Outras Avenças com a Petrobras, cujo objeto é a locação do Turbogenerador nº 2, com capacidade de 159,9 MW, com vigência até 16 novembro de 2024.

Em 01 fevereiro de 2013, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Nova Piratininga, de propriedade da Petrobras. Em 01 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, com vigência até 27 de abril de 2024.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme estabelecido no Contrato de Disponibilidade de Máquinas, compete à Petrobras a operação e manutenção das unidades geradoras além dos respectivos encargos de geração, às suas expensas, bem como os ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, referente ao período em que a Petrobras detiver o direito sobre a energia gerada pela UTE Piratininga em ciclo combinado com a UTE Nova Piratininga.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2023, a Baixada Santista Energia registrou o Lucro Líquido de R\$ 16.139 mil, frente ao resultado de R\$ 24.083 mil auferido no exercício de 2022. A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas no exercício de 2023.

Lucro Bruto

Desde a adoção do IFRS16 (CPC 06/R2) em 2019, a Baixada Santista Energia reconhece a receita do fluxo de recebíveis dos contratos celerados com a Petrobras e um passivo de arrendamento com a EMAE. Com isso, o reconhecimento dos juros sobre o arrendamento e o subarrendamento no Resultado Financeiro. Por esta razão, o Lucro Bruto deixou de ser reportado a partir das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas encerraram o exercício de 2023 em R\$ 1.542 mil representando uma redução de 34% em relação ao resultado auferido em 2022.

Despesas Tributárias

Em 31/12/2023, foi apurado o saldo de R\$ 2.553 mil em Despesas Tributárias, menor que o saldo apurado em 2022, principalmente em função de menor despesa de reembolso de IPTU junto à EMAE, em decorrência do arrendamento da UTE Piratininga.

A partir do final de 2019, com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, os fluxos futuros de recebíveis passaram a ser líquidos de PIS/COFINS, o que resultou em menor recolhimento tributário pela Baixada Santista Energia.

Resultado Financeiro Líquido

Com a adoção do IFRS16 (CPC 06/R2) a partir de 2019, a apropriação dos juros dos recebíveis decorrente dos reajustes dos contratos receita de arrendamentos financeiros celebrados com a Petrobras (Contrato de Disponibilidade de Máquinas e de Locação do Turbogenerador nº 2, ambos classificados contabilmente como arrendamento mercantil financeiro), reduzem à medida da proximidade do término da vigência dos Contratos.

As receitas financeiras em 2023 de R\$ 57.002 mil correspondem o resultado de 28% menor que o exercício de 2022, principalmente devido ao efeito da contabilização dos contratos de receita por força das orientações contábeis do CPC/06, tendo em vista a proximidade dos contratos de arrendamento celebrados com a Petrobras.

Assim como as Receitas Financeiras, as despesas provenientes do Contrato de Arrendamento com a EMAE também recuam, à medida que o fluxo futuro de pagamentos recua de acordo com a proximidade do término da vigência do referido Contrato em 27 de abril de 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2023, foi apurada maior despesa de imposto corrente e diferido, relativo a base de cálculo dos ativos e passivos fiscais reconhecidos com relação às diferenças temporárias conciliadas com o término das vigências dos contratos de arrendamento usados para fins de tributação.

Lucro líquido atribuível à acionista Petrobras

A redução do lucro líquido do exercício de 2023 para R\$ 16.139 mil, quando comparado ao resultado de R\$ 24.083 mil em 2022, tem como principal causa a redução da receita de recebíveis de ativo financeiro, que ocorre à medida em que o término da vigência dos contratos de arrendamento se aproxima.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas.

Como previsto na Política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2023, levou em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, além das perspectivas futuras.

Considerando o Lucro Líquido apurado em 31/12/2023, a Reserva Legal foi constituída mediante a apropriação de 5% do saldo registrado. A Baixada Santista Energia não possui saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e de prejuízos fiscais.

Diante disso, está sendo encaminhada para a apreciação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2024 da Baixada Santista Energia a proposta de pagamento de remuneração a nossa acionista Petrobras em forma de dividendos no montante de R\$ 15.332 mil, com previsão de quitação no exercício de 2024.

A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet em nosso site <https://www.petrobras.com.br/quem-somos/participacoes-societarias>.

VISÃO, PROPRÓSITO, VALORES E DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Nossa visão visa cumprir o objeto social alinhado ao interesse público valorizando nossos compromissos com as pessoas, a sociedade, nossos parceiros e acionista.

Nossa missão e propósito

Manter e Gerir o Contrato de Locação do Turbogenerador e o Contrato de Disponibilidade de Máquinas celebrados com a Petrobras.

Nossa Visão e Valores

A Baixada Santista Energia toma como base a Visão e os seus quatro Valores fundamentais que são os pilares das métricas de topo e específica da Companhia, com Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; Ética e transparência; Superação e confiança; e foco em Resultados.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa, pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento.

Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Baixada Santista Energia e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como “Riscos Estratégicos”. A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Programa Compromisso com a Vida

O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora Petrobras ocorreu em outubro de 2016. É composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela Petrobras às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios:

- _ SMS como valor,
- _ Respeito à Vida,
- _ Gestão Baseada em Risco,
- _ Excelência e Transparência no Desempenho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Baixada Santista Energia possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e
- Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em 03 de maio de 2022 foi celebrado o contrato com a empresa KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2022 a 2024.

Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e objeto de manifestação pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos colaboradores, acionista, Conselho Fiscal e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2023.

Cubatão/SP, 8 de março de 2024.

Aline Dias Leonardi
Aline Dias Leonardi (8 de março de 2024 20:48 GMT-3)

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa
(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pelegrini
Marcelo Ferreira Pelegrini (11 de março de 2024 08:18 ADT)

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Técnico
(assinado eletronicamente)



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Baixada Santista Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo-as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baixada Santista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com o acionista controlador

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Encerramento contrato de arrendamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia não realizará a renovação de seu contrato de arrendamento, vigente até novembro de 2024, que se trata da única fonte de recurso disponível para arcar com suas obrigações e para continuidade da Companhia, seguindo o plano de negócios de sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Neste sentido, se necessário, a Petrobras aportará recursos para serem utilizados para honrar seus compromissos nos próximos 12 meses ou até que a decisão final sobre o futuro da Companhia seja tomada. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

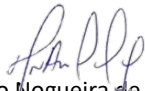
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		3	2	Fornecedores		2.680	1.379
Contas a receber, líquidas	6	83.151	137.127	Dividendos a pagar	10.2	3.833	1.090
Contas a receber – FIDC	6.1	156.286	136.807	Provisão para pesquisa e desenvolvimento		928	804
Imposto de renda e contribuição social	8.1	7.377	31.381	Obrigações Trabalhistas		11	68
Impostos e contribuições	8.2	13.105	19.731	Impostos e contribuições	8.2	26	3
Ativo circulante		259.922	325.048	Arrendamentos	9	-	108.790
				Passivo circulante		7.478	112.134
Contas a receber, líquidas	6	-	63.710				
Imposto de renda e contribuição social	8.1	55.924	19.479	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	7.701	-
Impostos e contribuições	8.2	9.026	-	Provisão para Contingência	13	21	-
Imposto de renda e contribuição diferidos	8.3	-	2.097	Passivo não circulante		7.722	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo		-	2.438	Passivo circulante e não circulante		15.200	112.134
Ativo não circulante		64.950	87.724				
				Capital social realizado	10.1	297.136	297.136
				Reservas de Lucro	10.2	12.536	3.502
				Patrimônio líquido		309.672	300.638
Total do ativo		324.872	412.772	Total do passivo		324.872	412.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2023	2022
	Nota		
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	11	(1.542)	(2.352)
Outras despesas e receitas líquidas	11.2	(2.487)	-
Tributárias	11.3	(2.553)	(3.622)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		(6.582)	(5.974)
Resultado financeiro líquido	12	38.675	40.122
Receitas financeiras		54.031	79.638
Despesas financeiras		(15.356)	(39.673)
Variações monetárias, líquidas		-	157
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		32.093	34.148
Imposto de renda e contribuição social	8.1	(15.954)	(10.065)
Lucro líquido do exercício		16.139	24.083
Lucro básico e diluído por ação ON (em R\$)	10.3	0,05	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro do exercício	16.139	24.083
Resultado abrangente total do exercício	16.139	24.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	297.136	-	-	(19.491)	277.645
Lucro do exercício	-	-	-	24.083	24.083
Constituição da reserva legal	-	230	-	(230)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(1.090)	(1.090)
Dividendos adicionais propostos	-	-	3.272	(3.272)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	297.136	230	3.272	-	300.638
Lucro do exercício	-	-	-	16.139	16.139
Constituição da reserva legal	-	807	-	(807)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.833)	(3.833)
Dividendos adicionais propostos	-	-	11.499	11.499	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	297.136	1.037	11.499	-	309.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.139	24.083
Juros do subarrendamento	(7.407)	(13.783)
Juros sobre arrendamento do turbo gerador	(14.100)	(19.152)
Juros do arrendamento - EMAE	6.353	16.784
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro	(20.643)	(19.159)
Atualização sobre impostos e contribuições	(5.214)	(4.158)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	9.978	6.313
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.156	3.752
Reajuste do subarrendamento, arrendamento e juros turbogerador	(6.667)	(23.388)
Reajuste arrendamento Emae	8.693	22.799
Provisão de passivo contingente	42	-
Baixa de depósito judicial	2.438	-
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	(502)	(379)
Recebimento de arrendamento financeiro	40.744	38.468
Recebimento de subarrendamento financeiro	105.563	98.512
Despesas antecipadas	-	313
Impostos e contribuições	(15.783)	(10.915)
Outros Ativos	-	(157)
Aumento de passivos		
Fornecedores	1.301	309
Outros passivos	103	143
Impostos e contribuições a recolher	21	
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	127.035	120.385
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Resgates em recebíveis de ativos financeiros	1.165	17.915
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	1.165	17.915
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(4.363)	-
Pagamento obrigações Arrendamento	(123.836)	(138.302)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(128.199)	(138.302)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1	(2)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	4
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	2

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Outras receitas		
Recuperação de despesas	25	-
	25	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.055)	(2.353)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(13.945)	(13.628)
	(18.000)	(15.981)
Valor adicionado bruto	(17.975)	(15.981)
Valor adicionado líquido consumido pela Companhia	(17.975)	(15.981)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variação monetária	57.002	79.795
Valor adicionado a distribuir	39.027	63.814
Tributos		
Federais	3.211	(2.472)
Municipais	1.350	2.530
	4.561	58
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	18.327	39.673
Acionistas		
Dividendos mínimos obrigatórios	3.833	-
Reserva Legal	807	-
Dividendos adicionais propostos	11.499	-
Lucro do exercício	16.139	24.083
Valor adicionado distribuído	39.027	63.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia” ou “BSE”) foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras” ou “Controladora”), e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Geração de Energia

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à Companhia, o Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 27 de abril 2024.

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou com a Petrobras o Contrato de Locação do conjunto turbogerador composto por 1 (uma) turbina a gás CTG nº 2, de fabricação GE, modelo PG 7241FA, de capacidade de 159,9 MW e 234 MVA de potência e por 1 (um) gerador, modelo 7FH2, nº de série 337X782, acionado pela turbina a gás, com vigência até novembro de 2024, com pagamentos semestrais.

Adicionalmente, a Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008. A UTE Piratininga, opera em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Nova Piratininga de propriedade da Petrobras. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015.

Em função do término da outorga da concessão à BSE, em julho de 2015, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 7.214, e vigência até 27 de abril de 2024.

Considerando o encerramento dos contratos de arrendamento, previsto para ocorrer em 2024, a Petrobras iniciou os estudos visando definir os cenários e alternativas de otimização societária da BSE. Até a deliberação da alternativa de otimização societária, a Petrobras seguirá como responsável pelo suporte financeiro da Companhia por período indefinido, não inferior aos doze próximos meses, mantendo assim o pressuposto de continuidade operacional.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu o pagamento anual de R\$ 45.000, divididos em parcelas iguais, semestrais e consecutivas a partir do cumprimento das condições suspensivas pelo período de vigência do Contrato, até 27 de abril de 2024.

A Companhia inclui nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A Companhia promoveu a classificação do subarrendamento com sua Controladora, representado pelo Contrato de Disponibilidade de Máquinas, cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, com vigência até 27 de abril de 2024, no qual é arrendadora. A Companhia reclassificou o subarrendamento como arrendamento financeiro, levando ao reconhecimento de um valor a receber de R\$ 355.492 em 1º de janeiro de 2019.

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou o Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua Controladora. Este contrato estabeleceu pagamentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 5.066 (cinco mil e sessenta e seis) dias, vigente até 15 de novembro de 2024.

2. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.1 Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres de seus assessores jurídicos, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 13.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.2 Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 8.3.

4.3 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais diverjam do entendimento da Companhia.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a Companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

5. Novas normas e interpretações

5.1 International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16</i>	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1</i>	<p>As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.</p> <p>Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.</p> <p>Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.</p>	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7</i>	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	<p>A emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade.</p> <p>Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.</p>	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em relação aos normativos - *Amendments to IFRS 16* e *Amendments to IAS 1* em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação ao *Amendments to IAS 7 and IFRS 7*, o impacto esperado é de divulgação adicional.

Quanto ao normativo que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, integralmente ou parcialmente, e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1)</i> <i>Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)</i>	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	<i>Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)</i>	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Contas a receber

Contas a receber, líquidas

	2023	2022
Clientes		
Terceiros	1.552	1.553
Partes relacionadas (nota explicativa 6)		
Arrendamento mercantil (c)	34.581	57.823
Reembolso de encargos setoriais (a)	3.102	2.599
Disponibilidade de Máquinas (b)	43.916	138.862
	83.151	200.837
Circulante	83.151	137.127
Não circulante	-	63.710
	83.151	200.837

a) Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao reembolso dos encargos de transmissão – CCT (Contrato de conexão ao sistema de transmissão) e CUST (Contrato de uso do sistema de transmissão) pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, conforme previsão contratual.

b) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil (subarrendamento)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionado às unidades geradoras 3 e 4 da Usina Termoelétrica Piratininga que operam em ciclo combinado com a UTE Nova Piratininga, cujo contrato original foi celebrado em 01 de fevereiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em abril de 2024. As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do IPCA.

O saldo presente dos recebimentos mínimos em 31 de dezembro de 2023 soma R\$ 43.916, e em 31 de dezembro de 2022 soma R\$ 138.862 referente a uma parcela do contas a receber. A taxa de juros nominal incremental dos recebíveis de arrendamento na adoção inicial foi de 8,0784%. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Saldo final em 31.12.2021	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 31.12.2022
207.469	(98.511)	17.444	(1.322)	13.782	138.862
Compromissos Estimados (a receber)	Valor Futuro		Juros Anuais		Valor Presente
Circulante	104.003		(3.743)		100.260
Não circulante	42.940		(4.338)		38.602
Em 31 de dezembro de 2022	146.943		(8.081)		138.862

Saldo final em 31.12.2022	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 31.12.2023
138.862	(105.731)	3.516	(138)	7.407	43.916
Compromissos Estimados (a receber)		Valor Futuro	Juros Anuais		Valor Presente
Circulante		44.728	(812)		43.916
Em 31 de dezembro de 2023		44.728	(812)		43.916

c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representados, pelo Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, celebrado com a Petrobras. O contrato tem vigência até 15 de novembro de 2024, corresponde a 5.066 dias contados da assinatura do contrato, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2023	40.690	(6.109)	34.581
2024	20.345	(5.448)	14.897
Em 31 de dezembro de 2023	61.035	(11.557)	49.478
Circulante	40.690	(6.109)	34.581
Em 31 de dezembro de 2023	40.690	(6.109)	34.581
Circulante	38.468	(5.752)	32.715
Não circulante	38.468	(13.361)	25.107
Em 31 de dezembro de 2022	76.936	(19.113)	57.823

Prática contábil

As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado.

Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

6.1. Contas a receber – FIDC

	2023	2022
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	156.286	136.807
Total	156.286	136.807

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis” considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Partes relacionadas

7.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas da sua controladora Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos eram compostos como seguem:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Petrobras	FIDC	Total	Total
Ativo				
Arrendamento mercantil financeiro do	34.581	-	34.581	57.823
Contas a receber subarrendamento (NE 4.b)	43.917	-	43.917	138.862
Reembolso de encargos setoriais	3.102	-	3.102	2.599
Contas a receber - FIDC	-	156.286	156.286	136.807
Circulante	81.600	156.286	237.886	272.381
Não circulante	-	-	-	63.710
Total	81.600	156.286	237.886	336.091
Passivo				
Circulante				
Dividendos e JCP a Pagar	3.833	-	3.833	1.090
Total	3.833	-	3.833	1.090

	31.12.2023		31.12.2022	
	Petrobras	FIDC	Total	Total
Resultado				
Receita sobre o arrendamento	14.100	-	14.100	19.152
Receita sobre o subarrendamento	7.407	-	7.407	13.783
Receitas financeiras	-	20.643	20.643	19.159
Total	21.507	20.643	42.150	52.094

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7.2. Remuneração dos administradores da Companhia

Em atendimento às disposições estatutárias, a remuneração dos administradores relativa ao período de abril de 2023 a março de 2024 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 25 de maio de 2023.

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Baixada Santista Energia S.A. Os custos da remuneração da Diretoria são reembolsados à controladora, conforme deliberado pela referida Assembleia Geral e, no ano de 2023, o valor reembolsado foi R\$ 640.

8. Tributos

8.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Ativo Circulante (i)		Ativo não circulante (ii)	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda	7.377	27.750	48.961	16.742
Contribuição social	-	3.631	6.963	2.737
	7.377	31.381	55.924	19.479

- (i) O montante de ativo circulante em 31 de dezembro de 2023 é composto por saldos negativos constituídos no exercício.
- (ii) Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos dos exercícios de 2011 a 2015 e 2017 a 2022, que foram objeto de pedidos de restituição junto à Secretaria da Receita Federal.

8.2. Impostos e contribuições

Tributos Correntes	Ativo Circulante		Ativo não circulante	Passivo Circulante	
	2023	2022	2023	2023	2022
PIS/COFINS (iii)	12.171	18.813	9.026	-	-
IRRF	186	168	-	1	1
CSLL	748	676	-	3	2
INSS	-	-	-	1	-
Outros impostos (iv)	-	74	-	21	-
	13.105	19.731	9.026	26	3

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- (iii) A rubrica PIS e COFINS a recuperar está composta pelas retenções na fonte realizadas pela Petrobras e são compensadas mensalmente na apuração dos mesmos tributos.
- (iv) O saldo do grupo 'Outros impostos' é composto pelos encargos do programa de desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica.

8.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa abaixo:

	Imobilizado	Contas a receber	Arrendamento EMAE	Subarrendamento	Total
Em 31 de dezembro de 2020	(14.008)	29.458	28.770	(35.775)	8.445
Reconhecido no resultado do período	950	70	(526)	(17.350)	(16.856)
Em 31 de dezembro de 2021	(13.058)	29.528	28.244	(53.125)	(8.411)
Reconhecido no resultado do período	950	(3.311)	32.001	(23.326)	6.314
Em 31 de dezembro de 2022	(12.108)	26.217	60.245	(76.451)	(2.097)
Reconhecido no resultado do período	950	(17.664)	(48.488)	61.520	(3.682)
Em 31 de dezembro de 2023	(11.158)	8.553	11.757	(14.931)	(5.779)

(i) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

(ii) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos s/ diferenças temporárias do CPC 06 (R2)

O cálculo dos impostos diferidos referente a adoção do CPC 06 (R2) foi efetuado com base nas adições e exclusões temporárias, e serão realizados na proporção da vigência dos contratos de arrendamento e subarrendamento.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8.4. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	<u>Dez/23</u>	<u>Dez/22</u>
Lucro antes dos impostos	32.093	34.148
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(10.912)	(11.610)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(3.714)	2.432
Arrendamento financeiro	(4.994)	(1.428)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	-	517
Outros	24	24
Imposto de renda e contribuição social	(15.954)	(10.065)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.798)	(6.313)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.156)	(3.752)
Imposto de renda e contribuição social	(15.954)	(10.065)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	49%	29%

Prática contábil

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

9. Arrendamentos mercantis

A Companhia reconheceu em 2019 a dívida total do contrato de arrendamento existente com a EMAE.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Saldo final em 31.12.2021	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 31.12.2022
207.509	(138.302)	24.555	(1.756)	16.784	108.790

Saldo final em 31.12.2022	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 31.12.2023
108.790	(135.810)	8.583	110	18.327	-

A taxa nominal de juros anual sobre o contrato de arrendamento com a EMAE com a Petrobras é de 9,0300%.

Prática contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Patrimônio Líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

10.2 Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Foi aprovada a distribuição de resultado do exercício de 2023 com distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 3.420 e um adicional de R\$ 10.259.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	16.139	24.083
Prejuízo acumulado	-	(19.491)
Reserva legal	(807)	(230)
Lucro básico para determinação do dividendo	15.332	4.362
Dividendos mínimos obrigatórios	3.833	1.090
Dividendos adicionais	11.499	3.272
Total de dividendos propostos	15.332	4.362

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10.3 Resultado por Ação

	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas	16.139	24.083
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro básico e diluído por ação - (R\$ por ação)	0,05	0,08

11. Custos e despesas por natureza

11.1 Despesas Gerais e Administrativas

	2023	2022
Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais	(354)	(547)
Despesas com proventos a conselheiros e dirigentes	(705)	(801)
Despesas com seguros/compartilhamento de custos	(478)	(997)
Outras Despesas	(5)	(7)
	(1.542)	(2.352)

11.2 Outras despesas e receitas líquidas

	2023	2022
Despesas não dedutíveis	(2.512)	-
Receita de recuperação de despesas	25	-
Total	(2.487)	-

11.3 Despesas Tributárias

	2023	2022
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.202)	(1.092)
Impostos e taxas	(1.351)	(2.530)
	(2.553)	(3.622)

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Juros sobre impostos	(310)	(89)
Reajuste contratual EMAE	(8.693)	(22.799)
Reajuste contratual Leasing	3.348	7.266
Reajuste contratual Subarrendamento	3.319	16.122
Juros sobre arrendamento (12.1)	(6.353)	(16.784)
Receita de arrendamento mercantil financeiro do turbo gerador	14.100	19.150
Receita sobre subarrendamento	7.407	13.783
Receitas com recebíveis de ativos financeiros (FIDIC)	20.643	19.159
Atualização monetária ativa sobre arrendamento financeiro do turbo gerador	-	156
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	5.214	4.158
Resultado financeiro líquido	38.675	40.122
Receitas	54.031	79.638
Despesas	(15.356)	(39.673)
Variações monetárias, líquidas	-	157
	38.675	40.122

12.1 Juros sobre arrendamento

Com a adoção do CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2019 a Companhia apropria os juros sobre a parcela paga à arrendadora, assim como os juros sobre o valor recebido em razão do subarrendamento.

13. Processos judiciais e contingências

13.1 Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais, administrativos e arbitrais, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2023	2022
Cível	-	2.020
Tributário	4.943	-
Ambiental	13	-
	4.956	2.020

O quadro a seguir detalha as principais causas, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

13.1.1 Processo de natureza cível

	Estimativa	
Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	2023	2022
Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária. Situação atual: O Auto de Infração encontra-se na situação Suspendo com depósito judicial. A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa (Processo nº 83167-41.2014.4.01.3400 - 1ª Vara Federal do Distrito Federal). Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Embora o processo administrativo já esteja encerrado, a Pasta continua aberta em razão de haver processo judicial em andamento, conforme orientação contida no Item 3.5.6.2 do Padrão PE-2JUR-00045-C.	-	2020

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.1.2 Processo de natureza tributária

	Estimativa	
Autor: UNIÃO FEDERAL	2023	2022
Auto de infração por omissão de receitas de PIS/COFINS relativas a juros e reajuste em contratos de arrendamentos do ano calendário de 2019. Situação atual: Em 18/12/2023 - Andamento do RTC 4T/2023 - Subsidiárias - Apresentada Impugnação, que aguarda julgamento.	4.943	-

13.1.3 Processo de natureza ambiental

	Estimativa	
Autor: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	2023	2022
Situação atual: Auto de Infração por supostamente exercer atividade potencialmente poluidora de atividade geradora de energia termelétrica sem inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal (CTF)	13	-

13.2 Processo judicial provisionado

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos é provável.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, para os quais a probabilidade de perda é considerada provável, são apresentados na tabela a seguir:

Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	2023	2022
---	------	------

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Segundo site da ANEEL, o Auto de Infração encontra-se na situação Suspensão com depósito judicial. A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa (Processo nº 83167-41.2014.4.01.3400 - 1ª Vara Federal do Distrito Federal). Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Embora o processo administrativo já esteja encerrado, a Pasta continua aberta em razão de haver processo judicial em andamento, conforme orientação contida no Item 3.5.6.2 do Padrão PE-2JUR-00045-C.

Situação atual: A Agência Nacional de Energia Elétrica requereu que a Baixada Santista Energia fosse intimada a depositar nos autos o valor atualizado do crédito em discussão. O juízo se manifestou informando que já consta dos autos, comprovante de depósito judicial do valor integral da multa exigida. A ANEEL apresentou petição em 17.06.2022 solicitando que se desconsidere o pedido de depósito, e requerendo a conversão em renda do valor da multa já depositado pela BSE como garantia. Os autos foram conclusos ao juiz para despacho em 28.11.2022, e permanecem conclusos desde então.

21

-

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

14. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

14.1 Instrumentos financeiros

A gestão da Companhia é realizada por seus Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração), com base em seu Estatuto Social e na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua Controladora, a Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos empresariais e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos e financeiros, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

14.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras. O risco de taxas de juros não é significativo para a companhia.

14.3 Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua Controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado ao contas a receber do Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2 é atenuado por possuir como único cliente, sua Controladora, a Petrobras.

14.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros, ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia utiliza seus recursos, basicamente com despesas de locação, necessárias ao negócio. Os recebíveis da Companhia estão concentrados na sua Controladora, a Petrobras, que é o único cliente.

14.5 Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía ativos e passivos com riscos cambiais.

14.6 Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Baixada Santista Energia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

14.7 Risco operacional

Devido a Companhia não possuir quadro de pessoal próprio, e depender da Controladora, Petrobras, para a execução das suas atividades e seus processos administrativos e financeiros, há o risco de paralisação das atividades da BSE, em caso de eventuais interrupções de atividades na Controladora, como os decorrentes de mobilizações sindicais, greves ou outros eventos.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Ferreira Pelegrini

Marcelo Ferreira Pelegrini (11 de março de 2024 08:18 ADT)

MARCELO FERREIRA PELEGRINI

Diretor Técnico

Aline Dias Leonardi

Aline Dias Leonardi (8 de março de 2024 20:48 GMT-3)

ALINE DIAS LEONARDI

Diretora Administrativa

Marluci Azevedo Rodrigues

Marluci Azevedo Rodrigues (11 de março de 2024 08:45 ADT)

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001.137/O-0

MARLUCI AZEVEDO RODRIGUES

Contadora

CRC RJ 059203/O-4

CNPJ/MF Nº 03.059.729/0001-21

NIRE 35 300 3486 99

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

(RDE) Nº 0277/2024

REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local

Às 09:00 horas do dia 08 de março de 2024, por videoconferência conforme previsão em Estatuto.

2. Convocação

A reunião foi convocada pela Diretora Administrativa Sra. Aline Dias Leonardi, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

3. Presença e Quórum

Presentes a Diretora Administrativa da Baixada Santista Energia S.A. (BSE), Sra. Aline Dias Leonardi e o Diretor Técnico Sr. Marcelo Ferreira Pelegrini, representando a totalidade dos membros da Administração eleitos e em exercício.

4. Ordem do Dia

Convocação da Assembleia Geral Ordinária para a deliberação sobre:

- (i) a minuta das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023, (Anexo 01);
- (ii) a proposta de destinação do resultado apurado do exercício de 2023 (Anexo 02) e;
- (iii) a proposta do Relatório de Administração de 2023 (Anexo 03).

5. Foram apresentados e deliberados:

5.1. Em 26/02/2024, a Diretoria registrou o recebimento da versão final da minuta das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Baixada Santista Energia S.A. – BSE (Anexo 1), elaboradas pelo provedor contábil externo Domingues e Pinho Contadores (DPC), assim como a minuta do Relatório da KPMG Auditores Independentes (Anexo 2).

5.2. Vale destacar que o provedor contábil Domingues e Pinho Contadores (DPC), contratado pela BSE, é responsável pela execução contábil da empresa, sendo que a

unidade Gestão Contábil de Empresas da Petrobras (CONTABILIDADE/OPC/CONEM/PEPS) é responsável pela consolidação das informações contábeis da BSE na Petrobras, cujos processos são realizados por respaldo no instrumento jurídico vigente celebrado com a controladora Petrobras, denominado Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas, conforme previsão no artigo 14 do Decreto nº 8.945/16.

5.3. Em 26/02/2024, a KPMG emitiu o Relatório de avaliação à minuta das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 da BSE, apresentados no Anexo 1 desta Ata, aos quais a Diretoria está de acordo.

5.4. Em 27/02/2024, a Diretoria encaminhou ao CAECO por meio da Ata de Reunião Extraordinária RDE nº 273/2024 os seguintes documentos para apreciação:

- Minuta das Demonstrações Financeiras de 2023 auditadas pela KPMG (**Anexo 01**);
- Proposta de Destinação de Resultado (**Anexo 02**);
- Movimentação das contingências judiciais ativas e passivas (**Anexo 02**);
- Minuta do Relatório dos Auditores Independentes (KPMG), sem ressalvas e apresentação (**Anexo 03**).

5.5. Em 05/03/2024, o CAECO (144ª Reunião) recomendou a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício (**Anexo 01**) e da proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (**Anexo 02**).

5.6. Diante do exposto, nos termos do item I do 47 do Estatuto Social da BSE, a Diretoria Executiva deliberou, nesta data, pela convocação da Assembleia Geral Ordinária para manifestação sobre a aprovação das seguintes proposições:

5.6.1. Das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023 (**Anexo 01**);

5.6.2. Da destinação total do resultado auferido em 2023 por meio do pagamento da distribuição de dividendos adicionais à acionista Petrobras no valor total de R\$ 15.332.258,24 (quinze milhões e trezentos e trinta e dois mil e duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos), que incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo pagamento, artigo 74 do Estatuto Social da BSE, e de acordo com as projeções do fluxo de caixa e com as diretrizes estabelecidas na Política de Remuneração aos Acionistas da Companhia (**Anexo 02**).

Tabela 1 – Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2023

Destinação do Resultado (R\$)	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	16.139.219,20
A - Reserva Legal (5%)	806.960,96
Saldo a Destinar	15.332.258,24
B - Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.833.064,56
C - Dividendos adicionais propostos ¹	11.499.193,68
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	15.332.258,24
Destinação Total (A + D)	16.139.219,20

¹A serem quitados dentro do exercício de 2024

Legenda:

(A) Reserva Legal de 5%, conforme previsão legal;

(B) Proposta do pagamento dos dividendos obrigatórios e adicionais à acionista no valor total de R\$ 15.332.258,24 e encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC (artigo 74 do Estatuto Social da BSE), a serem quitados dentro do exercício de 2024.

5.6.3. Da proposta do Relatório de Administração do exercício de **(Anexo 03)** e;

5.6.4. Na ocasião da aprovação da Diretoria Executiva, os Diretores da BSE assinarão a Carta de Representação referente às Demonstrações Financeiras de 2023, **(Anexo 04)**, conforme as exigências da KPMG quanto à delimitação das responsabilidades do auditor e dos administradores.

5.7. Com relação à remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais, referente ao período de abril de 2024 a março de 2025, a Diretoria deliberou por tratar o tema em outra reunião específica, após a emissão do parecer da unidade de Recursos Humanos da Petrobras e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, ambos em andamento.

5.8. Diante do exposto, do item I do 47 do Estatuto Social da BSE, a Diretoria Executiva deliberou, nesta data, pela convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada até 30/04/2024, mediante parecer do Conselho Fiscal, para aprovação das proposições apresentadas no item 5.6 e seus subitens desta Ata.

6. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, depois de lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Cubatão/SP, 08 de março de 2024.

Aline Dias Leonardi

Aline Dias Leonardi (8 de março de 2024 18:21 GMT-3)

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa
(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pelegrini

Marcelo Ferreira Pelegrini (8 de março de 2024 18:38 GMT-3)

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Técnico

Anexo 1 - Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023 e Relatório dos Auditores Independentes (KPMG), sem ressalvas

Anexo 2 – Apresentação ao CAECO, de 05/03/2024;

Anexo 3 - Relatório da Administração 2023;

Anexo 4 - Carta de representação do exercício findo em 31/12/2023.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

MINUTA PARA APROVAÇÃO

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório de revisão das demonstrações financeiras	2
Balanço Patrimonial.....	3
Demonstração de Resultado	4
Demonstração de Resultados Abrangentes	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
1. A Companhia e suas operações.....	9
2. Base de elaboração e apresentação.....	10
3. Práticas contábeis materiais.....	11
4. Estimativas e julgamentos relevantes.....	11
5. Novas normas e interpretações	12
6. Contas a receber.....	15
7. Partes relacionadas	18
8. Tributos	20
9. Arrendamentos mercantis.....	23
10. Patrimônio Líquido	24
11. Custo e despesa por natureza	25
12. Resultado financeiro líquido.....	28
13. Processos judiciais e contingências	29
14. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	32

MINUTA PARA APROVAÇÃO

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		3	2	Fornecedores		2.680	1.379
Contas a receber, líquidas	6	83.151	137.127	Dividendos a pagar	10.2	3.833	1.090
Contas a receber – FIDC	6.1	156.286	136.807	Provisão para pesquisa e desenvolvimento		928	804
Imposto de renda e contribuição social	8.1	7.377	31.381	Obrigações Trabalhistas		11	68
Impostos e contribuições	8.2	13.105	19.731	Impostos e contribuições	8.2	26	3
Ativo circulante		259.922	325.048	Arrendamentos	9	-	108.790
				Passivo circulante		7.478	112.134
Contas a receber, líquidas	6	-	63.710	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	7.701	-
Imposto de renda e contribuição social	8.1	55.924	19.479	Provisão para Contingência	13	21	-
Impostos e contribuições	8.2	9.026	-	Passivo não circulante		7.722	-
Imposto de renda e contribuição diferidos	8.3	-	2.097	Passivo circulante e não circulante		15.200	112.134
Outros ativos realizáveis a longo prazo		-	2.438				
Ativo não circulante		64.950	87.724	Capital social realizado	10.1	297.136	297.136
				Reservas de Lucro	10.2	12.536	3.502
				Patrimônio líquido		309.672	300.638
Total do ativo		324.872	412.772	Total do passivo		324.872	412.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2023	2022
	Nota		
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	11	(1.542)	(2.352)
Outras despesas e receitas líquidas	11.2	(2.487)	-
Tributárias	11.3	(2.553)	(3.622)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		(6.582)	(5.974)
Resultado financeiro líquido	12	38.675	40.122
Receitas financeiras		57.002	79.638
Despesas financeiras		(18.327)	(39.673)
Variações monetárias, líquidas		-	157
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		32.093	34.148
Imposto de renda e contribuição social	8.1	(15.954)	(10.065)
Lucro líquido do exercício		16.139	24.083
Lucro básico e diluído por ação ON (em R\$)	10.3	0,05	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro do exercício	16.139	24.083
Resultado abrangente total do exercício	16.139	24.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MINUTA PARA APROVAÇÃO

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	297.136	-	-	(19.491)	277.645
Lucro do exercício	-	-	-	24.083	24.083
Constituição da reserva legal	-	230	-	(230)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(1.090)	(1.090)
Dividendos adicionais propostos	-	-	3.272	(3.272)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	297.136	230	3.272	-	300.638
Lucro do exercício	-	-	-	16.139	16.139
Constituição da reserva legal	-	807	-	(807)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.833)	(3.833)
Dividendos adicionais propostos	-	-	11.499	11.499	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	297.136	1.037	11.499	-	309.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	16.139	24.083
Juros do subarrendamento	(7.407)	(13.783)
Juros sobre arrendamento do turbo gerador	(14.100)	(19.152)
Juros do arrendamento - EMAE	6.353	16.784
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro	(20.643)	(19.159)
Atualização sobre impostos e contribuições	(5.214)	(4.158)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	9.978	6.313
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.156	3.752
Reajuste do subarrendamento, arrendamento e juros turbogerador	(6.667)	(23.388)
Reajuste arrendamento Emae	8.693	22.799
Provisão de passivo contingente	42	-
Baixa de depósito judicial	2.438	-
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	(502)	(379)
Recebimento de arrendamento financeiro	40.744	38.468
Recebimento de subarrendamento financeiro	105.563	98.512
Despesas antecipadas	-	313
Impostos e contribuições	(15.783)	(10.915)
Outros Ativos	-	(157)
Aumento de passivos		
Fornecedores	1.301	309
Outros passivos	103	143
Impostos e contribuições a recolher	21	
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	127.035	120.385
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Resgates em recebíveis de ativos financeiros	1.165	17.915
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	1.165	17.915
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(4.363)	-
Pagamento obrigações Arrendamento	(123.836)	(138.302)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(128.199)	(138.302)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1	(2)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	4
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	2

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Outras receitas		
Recuperação de despesas	25	-
	25	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.055)	(2.353)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(13.945)	(13.628)
	(18.000)	(15.981)
Valor adicionado bruto	(17.975)	(15.981)
Valor adicionado líquido consumido pela Companhia	(17.975)	(15.981)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variação monetária	57.002	79.795
Valor adicionado a distribuir	39.027	63.814
Tributos		
Federais	3.211	(2.472)
Municipais	1.350	2.530
	4.561	58
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	18.327	39.673
Acionistas		
Dividendos mínimos obrigatórios	3.833	-
Reserva Legal	807	-
Dividendos adicionais propostos	11.499	-
Lucro do exercício	16.139	24.083
Valor adicionado distribuído	39.027	63.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia” ou “BSE”) foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras” ou “Controladora”), e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Geração de Energia

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à Companhia, o Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 27 de abril 2024.

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou com a Petrobras o Contrato de Locação do conjunto turbogerador composto por 1 (uma) turbina a gás CTG nº 2, de fabricação GE, modelo PG 7241FA, de capacidade de 159,9 MW e 234 MVA de potência e por 1 (um) gerador, modelo 7FH2, nº de série 337X782, acionado pela turbina a gás, com vigência até novembro de 2024, com pagamentos semestrais.

Adicionalmente, a Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008. A UTE Piratininga, opera em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Nova Piratininga de propriedade da Petrobras. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015.

Em função do término da outorga da concessão à BSE, em julho de 2015, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 7.214, e vigência até 27 de abril de 2024.

Considerando o encerramento dos contratos de arrendamento, previsto para ocorrer em 2024, a Petrobras iniciou os estudos visando definir os cenários e alternativas de otimização societária da BSE. Até a deliberação da alternativa de otimização societária, a Petrobras seguirá como responsável pelo suporte financeiro da Companhia por período indefinido, não inferior aos doze próximos meses, mantendo assim o pressuposto de continuidade operacional.

- (i) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu o pagamento anual de R\$ 45.000, divididos em parcelas iguais, semestrais e consecutivas a partir do cumprimento das condições suspensivas pelo período de vigência do Contrato, até 27 de abril de 2024.

A Companhia inclui nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A Companhia promoveu a classificação do subarrendamento com sua Controladora, representado pelo Contrato de Disponibilidade de Máquinas, cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, com vigência até 27 de abril de 2024, no qual é arrendadora. A Companhia reclassificou o subarrendamento como arrendamento financeiro, levando ao reconhecimento de um valor a receber de R\$ 355.492 em 1º de janeiro de 2019.

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou o Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua Controladora. Este contrato estabeleceu pagamentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 5.066 (cinco mil e sessenta e seis) dias, vigente até 15 de novembro de 2024.

2. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.1 Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres de seus assessores jurídicos, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 13.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.2 Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 8.3.

4.3 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais diverjam do entendimento da Companhia.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a Companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado.

A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

5. Novas normas e interpretações

5.1 International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16</i>	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1</i>	<p>As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.</p> <p>Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.</p> <p>Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.</p>	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7</i>	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	<p>A emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade.</p> <p>Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.</p>	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em relação aos normativos - *Amendments to IFRS 16* e *Amendments to IAS 1* em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação ao *Amendments to IAS 7 and IFRS 7*, o impacto esperado é de divulgação adicional.

Quanto ao normativo que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, integralmente ou parcialmente, e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1)</i> <i>Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)</i>	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	<i>Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)</i>	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

6. Contas a receber

Contas a receber, líquidas

	2023	2022
Clientes		
Terceiros	1.552	1.553
Partes relacionadas (nota explicativa 6)		
Arrendamento mercantil (c)	34.581	57.823
Reembolso de encargos setoriais (a)	3.102	2.599
Disponibilidade de Máquinas (b)	43.916	138.862
	83.151	200.837
Circulante	83.151	137.127
Não circulante	-	63.710
	83.151	200.837

a) Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao reembolso dos encargos de transmissão – CCT (Contrato de conexão ao sistema de transmissão) e CUST (Contrato de uso do sistema de transmissão) pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, conforme previsão contratual.

b) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil (subarrendamento)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionado às unidades geradoras 3 e 4 da Usina Termoelétrica Piratininga que operam em ciclo combinado com a UTE Nova Piratininga, cujo contrato original foi celebrado em 01 de fevereiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em abril de 2024. As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do IPCA.

O saldo presente dos recebimentos mínimos em 31 de dezembro de 2023 soma R\$ 43.916, e em 31 de dezembro de 2022 soma R\$ 138.862 referente a uma parcela do contas a receber. A taxa de juros nominal incremental dos recebíveis de arrendamento na adoção inicial foi de 8,0784%. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Saldo final em 31.12.2021	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 31.12.2022
207.469	(98.511)	17.444	(1.322)	13.782	138.862
Compromissos Estimados (a receber)	Valor Futuro		Juros Anuais		Valor Presente
Circulante	104.003		(3.743)		100.260
Não circulante	42.940		(4.338)		38.602
Em 31 de dezembro de 2022	146.943		(8.081)		138.862

Saldo final em 31.12.2022	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 31.12.2023
138.862	(105.731)	3.516	(138)	7.407	43.916
Compromissos Estimados (a receber)	Valor Futuro		Juros Anuais		Valor Presente
Circulante			44.728	(812)	43.916
Em 31 de dezembro de 2023			44.728	(812)	43.916

c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representados, pelo Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, celebrado com a Petrobras. O contrato tem vigência até 15 de novembro de 2024, corresponde a 5.066 dias contados da assinatura do contrato, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2023	40.690	(6.109)	34.581
2024	20.345	(5.448)	14.897
Em 31 de dezembro de 2023	61.035	(11.557)	49.478
Circulante	40.690	(6.109)	34.581
Em 31 de dezembro de 2023	40.690	(6.109)	34.581
Circulante	38.468	(5.752)	32.715
Não circulante	38.468	(13.361)	25.107
Em 31 de dezembro de 2022	76.936	(19.113)	57.823

Prática contábil

As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado.

Quando a Companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da Companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

6.1. Contas a receber – FIDC

	2023	2022
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	156.286	136.807
Total	156.286	136.807

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis” considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Partes relacionadas

7.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas da sua controladora Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos eram compostos como segue:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Petrobras	FIDC	Total	Total
Ativo				
Arrendamento mercantil financeiro do	34.581	-	34.581	57.823
Contas a receber subarrendamento (NE 4.b)	43.917	-	43.917	138.862
Reembolso de encargos setoriais	3.102	-	3.102	2.599
Contas a receber - FIDC	-	156.286	156.286	136.807
Circulante	81.600	156.286	237.886	272.381
Não circulante	-	-	-	63.710
Total	81.600	156.286	237.886	336.091
Passivo				
Circulante				
Dividendos e JCP a Pagar	3.833	-	3.833	1.090
Total	3.833	-	3.833	1.090

	31.12.2023		31.12.2022	
	Petrobras	FIDC	Total	Total
Resultado				
Receita sobre o arrendamento	14.100	-	14.100	19.152
Receita sobre o subarrendamento	7.407	-	7.407	13.783
Receitas financeiras	-	20.643	20.643	19.159
Total	21.507	20.643	42.150	52.094

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7.2. Remuneração dos administradores da Companhia

Em atendimento às disposições estatutárias, a remuneração dos administradores relativa ao período de abril de 2023 a março de 2024 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 25 de maio de 2023.

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Baixada Santista Energia S.A. Os custos da remuneração da Diretoria são reembolsados à controladora, conforme deliberado pela referida Assembleia Geral e, no ano de 2023, o valor reembolsado foi R\$ 640.

8. Tributos

8.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Ativo Circulante (i)		Ativo não circulante (ii)	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda	7.377	27.750	48.961	16.742
Contribuição social	-	3.631	6.963	2.737
	7.377	31.381	55.924	19.479

- (i) O montante de ativo circulante em 31 de dezembro de 2023 é composto por saldos negativos constituídos no exercício.
- (ii) Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos dos exercícios de 2011 a 2015 e 2017 a 2022, que foram objeto de pedidos de restituição junto à Secretaria da Receita Federal.

8.2. Impostos e contribuições

Tributos Correntes	Ativo Circulante		Ativo não circulante	Passivo Circulante	
	2023	2022	2023	2023	2022
PIS/COFINS (iii)	12.171	18.813	9.026	-	-
IRRF	186	168	-	1	1
CSLL	748	676	-	3	2
INSS	-	-	-	1	-
Outros impostos (iv)	-	74	-	21	-
	13.105	19.731	9.026	26	3

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- (iii) A rubrica PIS e COFINS a recuperar está composta pelas retenções na fonte realizadas pela Petrobras e são compensadas mensalmente na apuração dos mesmos tributos.
- (iv) O saldo do grupo 'Outros impostos' é composto pelos encargos do programa de desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica.

8.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa abaixo:

	Imobilizado	Contas a receber	Arrendamento EMA E	Subarrendamento	Total
Em 31 de dezembro de 2020	(14.008)	29.458	28.770	(35.775)	8.445
Reconhecido no resultado do período	950	70	(526)	(17.350)	(16.856)
Em 31 de dezembro de 2021	(13.058)	29.528	28.244	(53.125)	(8.411)
Reconhecido no resultado do período	950	(3.311)	32.001	(23.326)	6.314
Em 31 de dezembro de 2022	(12.108)	26.217	60.245	(76.451)	(2.097)
Reconhecido no resultado do período	950	(17.664)	(48.488)	61.520	(3.682)
Em 31 de dezembro de 2023	(11.158)	8.553	11.757	(14.931)	(5.779)

(i) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

(ii) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos s/ diferenças temporárias do CPC 06 (R2)

O cálculo dos impostos diferidos referente a adoção do CPC 06 (R2) foi efetuado com base nas adições e exclusões temporárias, e serão realizados na proporção da vigência dos contratos de arrendamento e subarrendamento.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8.4. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	<u>Dez/23</u>	<u>Dez/22</u>
Lucro antes dos impostos	32.093	34.148
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(10.912)	(11.610)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(3.714)	2.432
Arrendamento financeiro	(4.994)	(1.428)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição	-	517
Outros	24	24
Imposto de renda e contribuição social	(15.954)	(10.065)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.798)	(6.313)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.156)	(3.752)
Imposto de renda e contribuição social	(15.954)	(10.065)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	49%	29%

Prática contábil

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

9. Arrendamentos mercantis

A Companhia reconheceu em 2019 a dívida total do contrato de arrendamento existente com a EMAE.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Saldo final em 31.12.2021	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 31.12.2022
207.509	(138.302)	24.555	(1.756)	16.784	108.790

Saldo final em 31.12.2022	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo final em 31.12.2023
108.790	(135.810)	8.583	110	18.327	-

A taxa nominal de juros anual sobre o contrato de arrendamento com a EMAE com a Petrobras é de 9,0300%.

Prática contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Patrimônio Líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

10.2 Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Foi aprovada a distribuição de resultado do exercício de 2023 com distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 3.420 e um adicional de R\$ 10.259.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.139	24.083
Prejuízo acumulado	-	(19.491)
Reserva legal	(807)	(230)
Lucro básico para determinação do dividendo	15.332	4.362
Dividendos mínimos obrigatórios	3.833	1.090
Dividendos adicionais	11.499	3.272
Total de dividendos propostos	15.332	4.362

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10.3 Resultado por Ação

	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas	16.139	24.083
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro básico e diluído por ação - (R\$ por ação)	0,05	0,08

11. Custos e despesas por natureza

11.1 Despesas Gerais e Administrativas

	2023	2022
Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais	(354)	(547)
Despesas com proventos a conselheiros e dirigentes	(705)	(801)
Despesas com seguros/compartilhamento de custos	(478)	(997)
Outras Despesas	(5)	(7)
	(1.542)	(2.352)

11.2 Outras despesas e receitas líquidas

	2023	2022
Despesas não dedutíveis	(2.512)	-
Receita de recuperação de despesas	25	-
Total	(2.487)	-

11.3 Despesas Tributárias

	2023	2022
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.202)	(1.092)
Impostos e taxas	(1.351)	(2.530)
	(2.553)	(3.622)

12. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Juros sobre impostos	(310)	(89)
Reajuste contratual EMAE	(8.693)	(22.799)

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Reajuste contratual Leasing	3.348	7.266
Reajuste contratual Subarrendamento	3.319	16.122
Juros sobre arrendamento (12.1)	(6.353)	(16.784)
Receita de arrendamento mercantil financeiro do turbo gerador	14.100	19.150
Receita sobre subarrendamento	7.407	13.783
Receitas com recebíveis de ativos financeiros (FIDIC)	20.643	19.159
Atualização monetária ativa sobre arrendamento financeiro do turbo gerador	-	156
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	5.214	4.158
Resultado financeiro líquido	38.675	40.122
Receitas	57.002	79.638
Despesas	(18.327)	(39.673)
Variações monetárias, líquidas	-	157
	38.675	40.122

12.1 Juros sobre arrendamento

Com a adoção do CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2019 a Companhia apropria os juros sobre a parcela paga à arrendadora, assim como os juros sobre o valor recebido em razão do subarrendamento.

13. Processos judiciais e contingências

13.1 Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais, administrativos e arbitrais, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Natureza	2023	2022
Cível	-	2.020
Tributário	4.943	-
Ambiental	13	-
	4.956	2.020

O quadro a seguir detalha as principais causas, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

13.1.1 Processo de natureza cível

	Estimativa	
Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	2023	2022
Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária. Situação atual: O Auto de Infração encontra-se na situação Suspenso com depósito judicial. A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa (Processo nº 83167-41.2014.4.01.3400 - 1ª Vara Federal do Distrito Federal). Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Embora o processo administrativo já esteja encerrado, a Pasta continua aberta em razão de haver processo judicial em andamento, conforme orientação contida no Item 3.5.6.2 do Padrão PE-2JUR-00045-C.	-	2020

13.1.2 Processo de natureza tributária

	Estimativa	
Autor: UNIÃO FEDERAL	2023	2022
Auto de infração por omissão de receitas de PIS/COFINS relativas a juros e reajuste em contratos de arrendamentos do ano calendário de 2019.		

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Situação atual: Em 18/12/2023 - Andamento do RTC 4T/2023 - Subsidiárias - Apresentada Impugnação, que aguarda julgamento.	4.943	-
---	-------	---

13.1.3 Processo de natureza ambiental

	Estimativa	
	2023	2022
Autor: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA		
Situação atual: Auto de Infração por supostamente exercer atividade potencialmente poluidora de atividade geradora de energia termelétrica sem inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal (CTF)	13	-

13.2 Processo judicial provisionado

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos é provável.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, para os quais a probabilidade de perda é considerada provável, são apresentados na tabela a seguir:

	2023	2022
Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL		
Segundo site da ANEEL, o Auto de Infração encontra-se na situação Suspenso com depósito judicial. A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa (Processo nº 83167-41.2014.4.01.3400 - 1ª Vara Federal do Distrito Federal). Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Embora o processo administrativo já esteja encerrado, a Pasta continua aberta em razão de haver processo judicial em andamento, conforme	21	-

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

orientação contida no Item 3.5.6.2 do Padrão PE-2JUR-00045-C.

Situação atual: A Agência Nacional de Energia Elétrica requereu que a Baixada Santista Energia fosse intimada a depositar nos autos o valor atualizado do crédito em discussão. O juízo se manifestou informando que já consta dos autos, comprovante de depósito judicial do valor integral da multa exigida. A ANEEL apresentou petição em 17.06.2022 solicitando que se desconsidere o pedido de depósito, e requerendo a conversão em renda do valor da multa já depositado pela BSE como garantia. Os autos foram conclusos ao juiz para despacho em 28.11.2022, e permanecem conclusos desde então.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

14. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

14.1 Instrumentos financeiros

A gestão da Companhia é realizada por seus Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração), com base em seu Estatuto Social e na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua Controladora, a Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos empresariais e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos e financeiros, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

14.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras. O risco de taxas de juros não é significativo para a companhia.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

14.3 Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua Controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado ao contas a receber do Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2 é atenuado por possuir como único cliente, sua Controladora, a Petrobras.

14.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros, ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos, basicamente com despesas de locação, necessárias ao negócio. Os recebíveis da Companhia estão concentrados na sua Controladora, a Petrobras, que é o único cliente.

14.5 Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possuía ativos e passivos com riscos cambiais.

14.6 Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Baixada Santista Energia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

14.7 Risco operacional

Devido a Companhia não possuir quadro de pessoal próprio, e depender da Controladora, Petrobras, para a execução das suas atividades e seus processos administrativos e financeiros, há o risco de paralisação das atividades da BSE, em caso de eventuais interrupções de atividades na Controladora, como os decorrentes de mobilizações sindicais, greves ou outros eventos.

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCELO FERREIRA PELEGRINI

Diretor Técnico

ALINE DIAS LEONARDI

Diretora Administrativa

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001.137/O-0

MARLUCI AZEVEDO RODRIGUES

Contadora

CRC RJ 059203/O-4

MINUTA PARA APROVAÇÃO

Baixada Santista Energia S.A.
CNPJ/MF Nº 03.059.729/0001-21
NIRE 35 300 3486 99

Relatório da Administração 2023

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MENSAGEM DA DIRETORIA

Compartilhamos aqui os resultados de 2023 da Baixada Santista Energia. Eles sintetizam a superação de desafios, com escolhas estratégicas consistentes com foco na geração de valor e otimização de recursos.

A Baixada Santista Energia S.A. (“Baixada Santista Energia”) é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e foi constituída em 23 de março de 1999, cujo objeto social é o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A empresa alcançou em 2023 um excelente resultado financeiro, com destaque para o atingimento das nossas métricas de topo do Plano Estratégico.

Contribuiu para este resultado o aumento do fluxo de caixa operacional em 2023 para R\$ 127.035, mil frente à R\$ 120.385 mil em 2022.

Tendo em vista a geração de caixa e o resultado auferidos, a Diretoria Executiva da Baixada Santista Energia está propondo o encaminhamento à Assembleia Geral da Companhia a distribuição de R\$ 15.332 mil em dividendos, com previsão de quitação no exercício de 2024.

ASG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

As boas práticas de governança corporativa e *integridade* constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que

permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões.

Buscamos continuamente avanços de governança corporativa e nos sistemas de integridade, *compliance* e controles internos da Baixada Santista Energia. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforcem nosso propósito, valores e compromisso.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética e segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Nesse sentido, as temáticas sociais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da gestão do ativo, mas da forma de fazê-la.

Todos estes aspectos reforçam a importância dos nossos pilares estratégicos, que trazem robustez e segurança nas estratégias adotadas. Assim, continuaremos atuando com alta produtividade, otimização de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade.

Todas as nossas conquistas ao longo de 2023 são resultado de muito afinho e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno empenho e dedicação de nossos colaboradores.

Continuaremos atuando com disciplina de capital para geração de valor. Gostaríamos de destacar, nosso reconhecimento à Acionista Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia.

Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 da Baixada Santista Energia.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu os direitos e obrigações do Instrumento Particular de Arrendamento dos ativos da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga (Contrato de Arrendamento) para a Baixada Santista Energia, por meio da celebração do Segundo Termo Aditivo ao referido

Contrato em 27 de abril de 2007 entre a Petrobras e a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura em 27 de abril de 2007, cuja vigência encerrará em 27 de abril de 2024.

Em 3 de janeiro de 2011, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Locação e Outras Avenças com a Petrobras, cujo objeto é a locação do Turbogenerador nº 2, com capacidade de 159,9 MW, com vigência até 16 novembro de 2024.

Em 01 fevereiro de 2013, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Nova Piratininga, de propriedade da Petrobras. Em 01 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, com vigência até 27 de abril de 2024.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme estabelecido no Contrato de Disponibilidade de Máquinas, compete à Petrobras a operação e manutenção das unidades geradoras além dos respectivos encargos de geração, às suas expensas, bem como os ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, referente ao período em que a Petrobras detiver o direito sobre a energia gerada pela UTE Piratininga em ciclo combinado com a UTE Nova Piratininga.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2023, a Baixada Santista Energia registrou o Lucro Líquido de R\$ 16.139 mil, frente ao resultado de R\$ 24.083 mil auferido no exercício de 2022. A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas no exercício de 2023.

Lucro Bruto

Desde a adoção do IFRS16 (CPC 06/R2) em 2019, a Baixada Santista Energia reconhece a receita do fluxo de recebíveis dos contratos celerados com a Petrobras e um passivo de arrendamento com a EMAE. Com isso, o reconhecimento dos juros sobre o arrendamento e o subarrendamento no Resultado Financeiro. Por esta razão, o Lucro Bruto deixou de ser reportado a partir das Demonstrações Financeiras do exercício de 2019.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas encerraram o exercício de 2023 em R\$ 1.542 mil representando uma redução de 34% em relação ao resultado auferido em 2022.

Despesas Tributárias

Em 31/12/2023, foi apurado o saldo de R\$ 2.553 mil em Despesas Tributárias, menor que o saldo apurado em 2022, principalmente em função de menor despesa de reembolso de IPTU junto à EMAE, em decorrência do arrendamento da UTE Piratininga.

A partir do final de 2019, com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, os fluxos futuros de recebíveis passaram a ser líquidos de PIS/COFINS, o que resultou em menor recolhimento tributário pela Baixada Santista Energia.

Resultado Financeiro Líquido

Com a adoção do IFRS16 (CPC 06/R2) a partir de 2019, a apropriação dos juros dos recebíveis decorrente dos reajustes dos contratos receita de arrendamentos financeiros celebrados com a Petrobras (Contrato de Disponibilidade de Máquinas e de Locação do Turbogenerador nº 2, ambos classificados contabilmente como arrendamento mercantil financeiro), reduzem à medida da proximidade do término da vigência dos Contratos.

As receitas financeiras em 2023 de R\$ 57.002 mil correspondem o resultado de 28% menor que o exercício de 2022, principalmente devido ao efeito da contabilização dos contratos de receita por força das orientações contábeis do CPC/06, tendo em vista a proximidade dos contratos de arrendamento celebrados com a Petrobras.

Assim como as Receitas Financeiras, as despesas provenientes do Contrato de Arrendamento com a EMAE também recuam, à medida que o fluxo futuro de pagamentos recua de acordo com a proximidade do término da vigência do referido Contrato em 27 de abril de 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2023, foi apurada maior despesa de imposto corrente e diferido, relativo a base de cálculo dos ativos e passivos fiscais reconhecidos com relação às diferenças temporárias conciliadas com o término das vigências dos contratos de arrendamento usados para fins de tributação.

Lucro líquido atribuível à acionista Petrobras

A redução do lucro líquido do exercício de 2023 para R\$ 16.139 mil, quando comparado ao resultado de R\$ 24.083 mil em 2022, tem como principal causa a redução da receita de recebíveis de ativo financeiro, que ocorre à medida em que o término da vigência dos contratos de arrendamento se aproxima.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas.

Como previsto na Política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2023, levou em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, além das perspectivas futuras.

Considerando o Lucro Líquido apurado em 31/12/2023, a Reserva Legal foi constituída mediante a apropriação de 5% do saldo registrado. A Baixada Santista Energia não possui saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores e de prejuízos fiscais.

Diante disso, está sendo encaminhada para a apreciação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2024 da Baixada Santista Energia a proposta de pagamento de remuneração a nossa acionista Petrobras em forma de dividendos no montante de R\$ 15.332 mil, com previsão de quitação no exercício de 2024.

A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet em nosso site <https://www.petrobras.com.br/quem-somos/participacoes-societarias>.

VISÃO, PROPRÓSITO, VALORES E DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Nossa visão visa cumprir o objeto social alinhado ao interesse público valorizando nossos compromissos com as pessoas, a sociedade, nossos parceiros e acionista.

Nossa missão e propósito

Manter e Gerir o Contrato de Locação do Turbogenerador e o Contrato de Disponibilidade de Máquinas celebrados com a Petrobras.

Nossa Visão e Valores

A Baixada Santista Energia toma como base a Visão e os seus quatro Valores fundamentais que são os pilares das métricas de topo e específica da Companhia, com Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; Ética e transparência; Superação e confiança; e foco em Resultados.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa, pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento.

Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Baixada Santista Energia e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como “Riscos Estratégicos”. A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Programa Compromisso com a Vida

O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora Petrobras ocorreu em outubro de 2016. É composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela Petrobras às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios:

- _ SMS como valor,
- _ Respeito à Vida,
- _ Gestão Baseada em Risco,
- _ Excelência e Transparência no Desempenho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Baixada Santista Energia possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e
- Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em 03 de maio de 2022 foi celebrado o contrato com a empresa KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2022 a 2024.

Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e objeto de manifestação pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos colaboradores, acionista, Conselho Fiscal e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2023.

Cubatão/SP, 19 de fevereiro de 2024.

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa
(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Técnico
(assinado eletronicamente)



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 – Setor 2 – 17º andar – Centro
20021-290 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
Kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Baixada Santista Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baixada Santista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com o acionista controlador

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Encerramento contrato de arrendamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia não realizará a renovação de seu contrato de arrendamento, vigente até novembro de 2024, que se trata da única fonte de recurso disponível para arcar com suas obrigações e para continuidade da Companhia, seguindo o plano de negócios de sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Neste sentido, se necessário, a Petrobras aportará recursos para serem utilizados para honrar seus compromissos nos próximos 12 meses ou até que a decisão final sobre o futuro da Companhia seja tomada. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

À
KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38, Setor 2, 17º andar – Centro
Rio de Janeiro/RJ
CEP – 20021-290

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024

Prezados senhores:

Esta carta de representação da Administração é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras da **Baixada Santista Energia S.A.** (“Entidade”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas, com o objetivo de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. V.sas. também aplicaram os mesmos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras examinadas por V. Sas. apresentam os seguintes valores básicos:

	(em milhares de reais)	
	2023	2022
Total do Ativo	64.950	87.724
Total do Passivo	15.200	112.134
Patrimônio líquido	309.672	300.638
Resultado abrangente do exercício	324.872	412.772

Confirmamos que as representações feitas nesta carta estão de acordo com as definições do anexo desta carta.

Esta carta foi entregue e aprovada na reunião da Diretoria Executiva em 08 de março de 2024.

Confirmamos que, com base em nosso entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente:

Demonstrações financeiras

1. Cumprimos nossas responsabilidades, tais como estabelecidas nos termos da proposta datada de 03 de maio de 2022, pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil
2. Os métodos, os dados e as premissas significativas utilizadas na elaboração das estimativas contábeis e suas divulgações relacionadas são apropriados para reconhecimento, mensuração ou divulgação que seja razoável no contexto das práticas contábeis adotadas no Brasil
3. Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras, e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem ajuste ou divulgação, foram ajustados ou divulgados.
4. Não temos conhecimento sobre ajustes não corrigidos, tanto individualmente como em conjunto, para as demonstrações financeiras como um todo.

Informações fornecidas

5. Fornecemos-lhes:
 - acesso a todas as informações que temos ciência que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros, documentações e outros;
 - informações adicionais que nos foram solicitadas com o propósito de efetuar a sua auditoria; e
 - acesso irrestrito às pessoas da Entidade, para obtenção de evidências de auditoria.
6. Todas as transações foram reconhecidas nos registros contábeis e estão refletidas em nossas demonstrações financeiras.
7. Confirmamos que:
 - i) Divulgamos a V. Sas. os resultados de nossa avaliação do risco de que as demonstrações financeiras estão livres de ter distorção relevante como resultado de fraude.

No anexo desta carta está a definição de fraude, incluindo distorções decorrentes de relatórios financeiros fraudulentos e de apropriação indevida de ativos.

ii) Divulgamos todas as informações relacionadas a:

a) Fraude ou suspeita de fraude que sejam de nosso conhecimento que afetem a Entidade, envolvendo:

- A Administração;
 - Empregados que tenham funções significativas nos controles internos; e
 - Outros, onde a fraude poderia ter efeito material sobre as demonstrações financeiras.
- b)** Denúncias de fraude ou suspeita de fraude que afetam as demonstrações financeiras da entidade comunicadas por funcionários, ex-funcionários, analistas, órgãos reguladores, entre outros.
- c)** Não houve comunicações de órgãos reguladores, representantes governamentais, autoridades fiscais ou outras notificações ou alegações de não conformidade com leis e regulamentos, deficiências na elaboração de relatórios financeiros ou outros assuntos que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.
- d)** Não temos conhecimento de transações ou outros eventos que pudessem ser caracterizados como lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo nos termos da Lei aplicável.

Com relação aos assuntos acima, reconhecemos nossa responsabilidade pelo controle interno tal como determinado necessário para que as demonstrações financeiras estejam livres de distorções materiais resultantes de fraude ou erro. Especificamente, reconhecemos nossa responsabilidade pelo desenho, implementação e manutenção do controle interno para evitar e detectar fraude e erro.

- 8.** Divulgamos a V.Sas. todos os casos conhecidos de descumprimento ou suspeita de descumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devem ser considerados na preparação das demonstrações financeiras. Adicionalmente, divulgamos a V.Sas. e contabilizamos e/ou divulgamos apropriadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, todos os litígios ou reclamações conhecidos, atuais ou possíveis, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração das demonstrações financeiras.
- 9.** Divulgamos a V.Sas. a identidade de todas as partes relacionadas da Entidade e todos os relacionamentos e transações de que temos conhecimento e todos esses relacionamentos e transações foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Compreendemos as definições de partes relacionadas e transações com partes relacionadas nos termos da CPC 05/IAS 24 e conforme anexo a esta carta de representação.
- 10.** Fornecemos-lhes todas as informações relevantes sobre todos os fatores de risco, premissas e incertezas de nosso conhecimento que são relevantes para a capacidade da Entidade de continuar em operação no futuro previsível, e essas informações foram integralmente divulgadas nas notas explicativas, conforme os requisitos do CPC 26/IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Contábeis.
- 11.** Todas as transações de venda são definitivas e não existem acordos informais com clientes ou outros termos que permitam a devolução de mercadorias, excetuando-se as condições cobertas por garantias usuais e de costume.

12. Não há ônus ou gravame sobre os ativos da Entidade.
13. Confirmamos que divulgamos para V. Sas. todas as informações relacionadas aos seguintes assuntos:
- contratos onerosos, ou seja, os contratos sob os quais os custos inevitáveis para cumprir a obrigação excedem os benefícios econômicos a serem recebidos sob ela, incluindo perdas decorrentes de compromissos de venda e compra que são contratos onerosos conforme o CPC 25/IAS 27 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
 - passivos relacionados a participações em depósitos e outras dívidas, incluindo dívidas subordinadas e *participation loans*;
 - perdas de transações não reconhecidas no balanço patrimonial;
 - acordos e opções para recomprar ativos, incluindo vendas com compromisso de recompra;
 - ativos penhorados como garantia (*collateral*);
 - acordos com instituições financeiras envolvendo restrições sobre saldos de caixa e linhas de crédito ou acordos semelhantes;
 - a natureza do envolvimento e das transações com entidades estruturadas que não estão consolidadas, incluindo aquelas em que a Entidade é a patrocinadora. Especificamente, consideramos se a Entidade controla a(s) entidade(s) estruturada(s) de acordo com o CPC 36/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas.
 - a existência e os termos e condições de acordos de financiamento de fornecedores/recebíveis, incluindo factoring e reverse factoring.
14. A Entidade tem cumprido com todos os requisitos contratuais que poderiam ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras em caso de descumprimento como por exemplo, "covenants".
15. Não existe nenhum acordo formal ou informal com instituições financeiras envolvendo saldos compensatórios ou outras restrições sobre saldos bancários disponíveis e linhas de crédito abertas ou outros semelhantes.
16. Não temos planos ou intenções que possam afetar o valor contábil ou classificação de ativos e passivos.
17. Não temos quaisquer planos de abandonar linhas de produto ou outros planos ou intenções em nome da Entidade que resultarão em qualquer excesso de estoque ou estoque obsoleto, e confirmamos que nenhum estoque está reconhecido por valor superior ao valor realizável líquido.

Representações relacionadas com a titularidade dos ativos, classificação e valores contábeis de ativos e impairment dos ativos

18. Confirmamos que a Entidade possui títulos de propriedade para todos os seus ativos
19. Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeitos apenas aos termos e condições habituais e costumeiros para venda de tais

ativos, e a sua venda é altamente provável como definido no CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01, que possam gerar dúvida de que os ativos da Entidade possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação, bem como, não possuímos quaisquer ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso ou ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios.

Ativos financeiros

20. Ao determinar a classificação dos ativos financeiros, avaliamos nossos modelos de negócios para gerenciar ativos financeiros e se as condições contratuais dos ativos financeiros deram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto de acordo com os critérios para V.Sas.
21. Consideramos todos os instrumentos financeiros dentro do escopo dos requerimentos de redução do valor recuperável do CPC 48/IFRS 9, exceto aqueles para os quais a provisão para perdas seja sempre mensurada em um valor igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida, avaliando se o risco de crédito desses instrumentos aumentou significativamente desde seu reconhecimento inicial. Para todos os instrumentos em que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas nas demonstrações financeiras é mensurada em um montante igual a perdas de crédito esperadas ao longo da vida.
22. Confirmamos que, ao estimar a provisão para perdas esperadas de crédito, consideramos as informações prospectivas relevantes, razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo e esforço indevidos na data do balanço.

Derivativos embutidos

23. Avaliamos os instrumentos financeiros e outros contratos (exceto aqueles que contêm um componente principal que é um ativo dentro do escopo do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) para identificar derivativos embutidos que devem ser separados dos respectivos contratos principais e contabilizados separadamente como derivativos de acordo com o CPC 48/IFRS 9. Confirmamos que todos os derivativos embutidos que devem ser separados de acordo com o CPC 48/IFRS 9 foram identificados e contabilizados separadamente como derivativos.

Representações relacionadas à exposição de riscos decorrentes de instrumentos financeiros

24. Confirmamos que disponibilizamos a V.Sas. todas as informações relacionadas às exposições a riscos da Entidade oriundas de instrumentos financeiros que são adequadas para permitir aos usuários avaliar a natureza e extensão desses riscos aos quais a Entidade está exposta ao final do período para o qual as demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, incluindo as exposições a riscos e como eles surgem, nossos objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento dos riscos, os métodos utilizados para gerenciamento dos riscos e um resumo dos dados quantitativos sobre nossa exposição a riscos.

25. Concentrações relevantes de risco de crédito decorrentes de instrumentos financeiros e informações sobre as garantias sobre tais instrumentos financeiros foram adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras.
26. Além disso, os dados quantitativos divulgados são representativos da exposição a riscos decorrentes dos instrumentos financeiros da Entidade durante o período.
27. Não há saídas de caixa que poderiam ocorrer de maneira significativamente antecipada ao indicado nos dados quantitativos resumidos a respeito da exposição ao risco de liquidez ou que poderiam ocorrer em valores significativamente diferentes daqueles incluídos naqueles dados.
28. Não divulgamos os vencimentos contratuais remanescentes das obrigações financeiras derivativas somente quando os vencimentos contratuais não são essenciais ao entendimento da época dos fluxos de caixa.
29. Divulgamos apropriadamente os riscos de mercado significativos, devido ao risco cambial, risco de juros e outros riscos de preço. Além disso, os dados quantitativos divulgados são representativos da exposição da Entidade a riscos decorrente de instrumentos financeiros durante o período.

Representações relacionadas ao valor justo de ativos e passivos financeiros

30. Acreditamos que as premissas e as técnicas por nós utilizadas são apropriadas e que todas as mensurações do valor justo são determinadas de acordo com o CPC 46/IFRS 13.

Nas circunstâncias em que o valor justo de um ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial for diferente do preço da transação, reconhecemos imediatamente um ganho ou perda igual à diferença no resultado, se e somente se, a mensuração do valor justo for evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou for baseado em uma técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis. Se a mensuração do valor justo no reconhecimento inicial não cumprir qualquer uma dessas condições, então a diferença é diferida e, posteriormente, reconhecida como um ganho ou perda somente na medida em que surgir uma mudança em um fator (incluindo o tempo) que os participantes do mercado poderiam levar em conta na precificação do ativo ou passivo.

31. Divulgamos apropriadamente o valor justo dos ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 46/IFRS 13. Acreditamos que as divulgações categorizam de maneira adequada as mensurações do valor justo na hierarquia de valor justo.
32. Divulgamos os métodos e premissas aplicados na determinação do valor justo de cada classe de instrumento financeiro.

Representações relacionadas a aspectos fiscais

33. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são mensurados pelas alíquotas de tributos aprovadas ou substancialmente aprovadas no final do período que está sendo reportado.

34. Ativos fiscais diferidos representam aqueles valores cuja realização é provável levando em conta as expectativas da Administração de lucro tributável futuro. Ao determinar expectativas de lucro tributável futuro contra o qual ativos fiscais diferidos podem ser utilizados, a Administração considerou:
- a existência de diferenças temporárias tributáveis relativas à mesma autoridade fiscal, a mesma fonte de lucro tributável, e a mesma entidade tributável que irá reverter no mesmo período em que as diferenças temporárias dedutíveis irão reverter;
 - o momento e o montante da reversão da diferença temporária dedutível e tributável; e
 - oportunidades apropriadas de planejamento tributário que a Entidade tem é mais provável do que não para gerar lucros tributáveis futuros.
35. A mensuração dos passivos fiscais diferidos e ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Entidade, no final do período, pretende recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.
36. Não recebemos nenhum aconselhamento ou opinião que contradiga os registros da Entidade de tributos sobre o lucro, ou que contradiga os montantes das demonstrações financeiras e apresentações relativas a tributos, ou que sejam necessárias para entender a provisão para tributos e afins da Entidade e que não tenham sido divulgados para V. Sas.
37. Confirmamos que divulgamos a V.Sas. nossa avaliação da exposição da Entidade aos riscos relacionados à tributação, incluindo incertezas sobre tratamentos fiscais, que contabilizamos apropriadamente tais riscos e que divulgamos informações adequadas para permitir que os usuários avaliem a natureza e extensão dos riscos aos quais a Entidade está/estão exposta(os) na data do balanço.

Representações relacionadas à arrendamentos

38. Identificamos todos os arrendamentos nos quais a Entidade é arrendatária ou arrendadora, inclusive considerando a definição de arrendamento prevista no CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, e os contabilizamos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Com base no processo estabelecido por nós, e tendo considerado as indagações necessárias, concluímos que as premissas aplicadas na determinação do prazo de arrendamento, dos pagamentos de arrendamento e da taxa de desconto são apropriadas.

Outras representações

Moeda funcional

39. Consideramos qual moeda reflete o ambiente econômico principal em que a Entidade opera (a “moeda funcional”). Ao efetuar essa avaliação, usamos nosso julgamento para determinar a moeda funcional que representa de maneira mais fidedigna as transações, eventos e condições da Entidade. Concluímos que a moeda funcional da Entidade é o Real.

Representações relativas à integridade da informação fornecida relacionada com as principais premissas e julgamentos feitos pela administração com referência específica às exigências das normas contábeis CPC/IFRS

40. Confirmamos que disponibilizamos para V.Sas. todas as informações relevantes com relação a:

— classificação e reclassificação de instrumentos financeiros;

(a) Premissas chave com relação ao futuro, e outras fontes chave de incerteza de estimativas determinadas na data do balanço, que têm o risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício, incluindo:

— principais premissas com relação a eventos futuros que afetam as classes de provisões, como requerido nas circunstâncias pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37);

—

Representação relacionada ao impacto da adoção de novos pronunciamentos

41. Divulgamos nas demonstrações financeiras as informações relevantes para avaliar o possível impacto que a aplicação das práticas contábeis adotadas no, que foram emitidas mas ainda não estão em vigor, terá nas demonstrações financeiras da Entidade no período de aplicação inicial em de acordo com o CPC 23/IAS 8 - Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Erros, na medida em que esta informação seja conhecida ou razoavelmente estimável.

Outras representações

42. Foram colocados à disposição de V.Sas. todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória e todas as, atas ou minutas de assembleia de acionistas, reuniões da diretoria, alterações no contrato social (em caso de Ltda.), reuniões do Comitê de Auditoria ou resumo de providências de reuniões recentes, cujas respectivas atas (minutas) ainda não tenham sido preparadas. As últimas atas foram emitidas nas seguintes datas:

AGO: 14/04/2023

AGE: 11/01/2024

Reunião da Diretoria: 08/03/2024

Alteração Contratual: 14/01/2022

Reunião do Conselho Fiscal: 28/11/2023

43. Confirmamos que não temos conhecimento de conflitos de interesse envolvendo a Administração ou seus empregados graduados.

44. Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal dos negócios.

45. Confirmamos a seguir o nome de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor da — ou contra a — Entidade, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência:

BSE Baixada Santista Energia S.A.

- Informamos ainda que todos os processos ajuizados em nome da Companhia são patrocinados pelos advogados interno da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras .

Atenciosamente,

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Técnico

MINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001.137/O-0

MARLUCI AZEVEDO RODRIGUES

Contadora

CRC RJ 059203/O-4

DRAFT

Anexo à carta de representação da Administração da Baixada Santista Energia S.A.

Definições

Demonstrações financeiras

O CPC 26.10 (IAS 1) estabelece que o conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- balanço patrimonial ao final do período;
- demonstração do resultado do período;
- demonstração do resultado abrangente do período;
- demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- demonstração dos fluxos de caixa do período;
- notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações financeiras, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações financeiras; e
- demonstração do valor adicionado do período, conforme CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente. (Não requerido para fins das normas contábeis IFRS)

Questões significativas

Determinadas representações nesta carta são descritas como sendo limitadas a assuntos que são materiais.

Os CPC 26.7 (IAS 1.7) e o CPC 23.5 (IAS 8.5) afirmam o seguinte:

“A informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

A materialidade depende da natureza ou magnitude da informação, ou de ambas. A entidade avalia se a informação, individualmente ou em combinação com outra informação, é material no contexto das suas demonstrações contábeis tomadas como um todo.

A informação é obscura se for comunicada de forma que teria efeito semelhante, para os usuários primários das demonstrações contábeis, à omissão ou ao erro dessa informação. Seguem-se exemplos de circunstâncias que podem resultar na ocultação de informações relevantes:

- (a) *as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante são divulgadas nas demonstrações contábeis, mas a linguagem utilizada é vaga ou pouco clara;*

- (b) as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante estão dispersas nas demonstrações contábeis;*
- (c) itens distintos, transações ou outros eventos são agregados de forma inadequada;*
- (d) itens similares, transações ou outros eventos são desagregados inadequadamente; e*
- (e) a compreensibilidade das demonstrações contábeis é reduzida como resultado de informações materiais ocultas por informações imateriais, na medida em que o usuário principal não consegue determinar quais informações são relevantes.*

Avaliar se poderia ser razoavelmente esperado que a informação influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações contábeis para fins gerais de entidade específica requer que a entidade considere as características desses usuários e, ao mesmo tempo, considere as próprias circunstâncias da entidade.

Muitos investidores e outros credores existentes e potenciais não podem exigir que a entidade que reporta forneça informações diretamente a eles e devem confiar nas demonstrações contábeis para fins gerais para grande parte das informações financeiras de que precisam. Conseqüentemente, eles são os usuários primários para os quais as demonstrações contábeis para fins gerais são direcionadas. As demonstrações contábeis são elaboradas para usuários que tenham conhecimento razoável das atividades econômicas e de negócios e que revisem e analisem as informações com diligência. Às vezes, até mesmo usuários bem informados e diligentes podem precisar buscar ajuda de consultor para entender às informações sobre fenômenos econômicos complexos.”

Fraude

Preparar relatórios financeiros fraudulentos envolve distorções intencionais incluindo omissões de valores ou divulgações nas demonstrações financeiras para enganar os seus usuários.

Apropriação indevida de ativos envolve o furto/roubo de ativos. É muitas vezes acompanhado por registros falsos ou enganosos ou documentos com o objetivo de ocultar o fato de que os ativos não mais existem ou foram cedidos sem a devida autorização .

Erro

Um erro é uma distorção não intencional nas demonstrações financeiras, incluindo a omissão de um valor ou uma divulgação.

Erros de períodos anteriores são omissões ou declarações incorretas nas demonstrações financeiras da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta ou uso incorreto de informação confiável que:

- a) estava disponível quando as demonstrações financeiras desses períodos foram autorizadas para emissão e
- b) poderia ser razoável esperar que tivesse sido obtida e considerada na preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras.

Tais erros incluem os efeitos de erros materiais, erros na aplicação de políticas contábeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraude.

Administração

Para fins desta carta, referências para “Administração” devem ser lidas como administração e, quando apropriado, aqueles responsáveis pela governança corporativa.

Partes relacionadas e transações com partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando as demonstrações financeiras (tratada no CPC 05 (IAS 24) como “entidade que reporta a informação”).

- a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:
 - (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
 - (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
 - (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- b) Uma entidade está relacionada com a entidade que reporta a informação se qualquer das condições abaixo for observada:
 - (i) a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são inter-relacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
 - (ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);
 - (iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
 - (iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
 - (v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação. Se a entidade que reporta a informação for ela própria um plano de benefício pós-emprego, os empregados que contribuem com a mesma serão também considerados partes relacionadas com a entidade que reporta a informação;
 - (vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
 - (vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);
 - (viii) a entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da entidade que reporta ou à controladora da entidade que reporta.

Uma entidade que reporta está isenta dos requisitos de divulgação do CPC 05.18 (IAS 24.18) em relação a transações com partes relacionadas e saldos pendentes, incluindo compromissos, com:

- (a) um governo que tenha controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade que reporta; e
- (b) outra entidade que seja uma parte relacionada porque o mesmo governo tem controle ou controle conjunto ou influência significativa sobre, tanto a entidade que reporta como a outra entidade.

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

DRAFT

DRAFT

BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A. (BSE)

4º Tri/2023

Principais Resultados e Contingências Jurídicas

Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - CAECO

Data: 05/03/2024

Proposição



- a) Tomar conhecimento e avaliar a recomendação quanto à aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício de 2023.

- b) Tomar conhecimento e avaliar a proposta, a ser submetida à deliberação da AGO, quanto a Destinação do Resultado do Exercício de 2023.



Resultados 4T23 x 3T23

DRE (R\$ mil)	4T23	3T23	Var. %	Sinal
Receita Líquida	-	-		
Lucro Bruto	-	-		
Gerais e Administrativas	(347)	(435)	-20%	●
Tributárias	(306)	(286)	7%	●
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	-	(75)	-100%	●
Total das Despesas Operacionais	(653)	(796)	-18%	●
Resultado antes do result. financ. e impostos	(653)	(796)	-18%	●
Resultado financeiro líquido	(1.798)	13.384	-113%	●
Receitas financeiras	10.755	14.360	-25%	●
Despesas financeiras	(12.553)	(976)	1186%	●
Variações cambiais e monetárias, líquidas	-	-		
Resultado antes dos impostos	(2.451)	12.588	-119%	●
Imposto de renda e contribuição social	2.714	(6.698)	-141%	●
Resultado líquido do período	263	5.890	-96%	●

Redução Receitas Financeiras

3T23: Maior receita devido ao reajuste do contrato de locação do TG02 com a Petrobras

4T23: Menor receita de arrendamento devido à redução do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro com a Petrobras (Disponibilidade de Máquinas e locação do TG02) em função da proximidade do término dos contratos

Aumento Despesas Financeiras

4T23: Maior despesa financeira devido ao complemento do índice de reajuste do contrato de arrendamento com a EMAE

Redução de IR/CS

Maior dedução fiscal devido ao complemento do reajuste do Contrato de arrendamento da EMAE em dez/23

Resultados 2023 x 2022

DRE (R\$ mil)	2023	2022	Var. %	Sinal
Receita Líquida	-	-	0%	●
Lucro Bruto	-	-	0%	●
Gerais e Administrativas	(1.542)	(2.352)	-34%	●
Tributárias	(2.553)	(3.622)	-30%	●
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	(2.487)	-	-100%	●
Total das Despesas Operacionais	(6.582)	(5.974)	10%	●
Resultado antes do result. financ. e impostos	(6.582)	(5.974)	10%	●
Resultado financeiro líquido	38.675	40.122	-4%	●
Receitas financeiras	57.002	79.638	-28%	●
Despesas financeiras	(18.327)	(39.673)	-54%	●
Variações cambiais e monetárias, líquidas	-	157	-100%	●
Resultado antes dos impostos	32.093	34.148	-6%	●
Imposto de renda e contribuição social	(15.954)	(10.065)	59%	●
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	16.139	24.083	-33%	●

Redução Despesas Gerais e Administrativas

Menor despesa de seguro-garantia judicial em função de processo transitado em julgado favorável à empresa e menor despesa de provisão de CCCD e serviços de auditoria

Redução Despesas Tributárias

Menor despesa de reembolso de IPTU de 2023 à EMAE

Aumento de Outras Despesas Líquidas

Maior despesa de provisão de passivo de contingências judiciais em função de decisão de processo judicial transitado em julgado desfavorável à BSE

Redução Receitas Financeiras

Menor receita de arrendamento devido à redução do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro com a Petrobras (Disponibilidade de Máquinas e locação do TG02)

Redução Despesas Financeiras

Menor despesa de apropriação dos juros do arrendamento da EMAE em função da proximidade do término do Contrato em abril/2024

Aumento IR/CS

Maior base tributável sobre apuração das receitas de arrendamento em função da proximidade do término dos contratos com a Petrobras

Destinação de Resultados 2023



Destinação do Resultado (R\$ Mil)	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício	16.139
A - Reserva Legal (5%)	807
Saldo a Destinar	15.332
B - Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.833
C - Dividendos adicionais propostos ¹	11.499
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	15.332
Destinação Total (A + D)	16.139

¹A serem quitados dentro do exercício de 2024

CONFIDENCIAL \ Força de Trabalho

Investimentos



- Não houve investimentos

Movimentação das contingências passivas

Em R\$ mil

	PROVÁVEL	POSSÍVEL	REMOTO	TOTAL
SALDO EM 30/09/2023	21	4.825	-	4.845
Novos Processos (líquido)	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Atualização/revisão/outros	1	131	-	132
SALDO EM 31/12/2023	21	4.956	-	4.977
Pagamentos	-	-	-	-

Provável

Sem movimentação no período.

Possível

Sem movimentação no período.

Remoto

Sem movimentação no período.

BSE
4T23

Movimentação das contingências ativas

Em R\$ mil

	PROVÁVEL	POSSÍVEL	REMOTO	TOTAL
SALDO EM 30/09/2023	3.480	8.558	-	12.038
Novos Processos (líquido)	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Atualização/revisão/outros	79	189	-	268
SALDO EM 31/12/2023	3.559	8.747	-	12.306
Recebimentos	-	-	-	-

Provável

Sem movimentação no período.

Possível

Sem movimentação no período.

Remoto

Sem movimentação no período.

Parecer Auditoria Independente



Sem ressalvas.



